Mais Alimentos

Um plano de agricultura familiar para o Brasil

As experiências aqui descritas são frutos do esforço coletivo de vários atores sociais ligados à formação de pesquisadores, extensionistas e agricultores comprometidos com o desenvolvimento da agricultura familiar numa perspectiva sustentável, solidária e emancipatória e se apresenta como importante subsídio para jovens alunos das escolas técnicas, agricultores familiares e demais atores sociais envolvidos com a inclusão social e econômica das comunidades rurais.

Apoiada nos pressupostos da educação popular na perspectiva freiriana, esta publicação tem por objetivo a construção de práticas e abordagens de assistência e extensão rural que superem o modelo meramente difusionista e mecanicista de transmissão de conhecimentos sobre o manejo agropecuário.

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO CADA VEZ MELHOR
CENTRO PAULA SOUZA
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
apta Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
InstitutoPauloFreire
MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário
Embrapa Arroz e Feijão
fetaesp e Sindicatos Filiados
CATI Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

FORMAÇÃO DE AGENTES DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL EM EDUCAÇÃO POPULAR

Formação de agentes de pesquisa e extensão rural em educação popular

Construindo uma nova relação entre pesquisa, extensão rural e agricultura familiar no estado de São Paulo

ORGANIZADORES Ivamney Augusto Lima, Francisca Rodrigues de Oliveira Pini e Alcir de Souza Caria

Formação de agentes de pesquisa e extensão rural em educação popular

Construindo uma nova relação entre pesquisa, extensão rural e agricultura familiar no estado de São Paulo

ORGANIZADORES
IVAMNEY AUGUSTO LIMA,
FRANCISCA RODRIGUES DE OLIVEIRA PINI E ALCIR DE SOUZA CARIA

COLABORADORES
ANDRÉ F. MINITTI, ÂNGELA ANTUNES, EDNA FERREIRA MADDARENA, ELIAS DAVID, FERNANDO C. A. U. MATSUURA, LUCAS F. C. HENRRIQUES, LUIS O. S. BERIAM, MARCELO M. HANASHIRO, MARCO ANTONIO PIMENTEL, ROGÉRIO V. TEIXEIRA, VALERIA COMITRE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Formação de agentes de pesquisa e extensão rural em educação popular : construindo uma nova relação entre pesquisa, extensão rural e agricultura familiar no estado de São Paulo / organizadores Ivamney Augusto Lima, Francisca Rodrigues de Oliveira Pini e Alcir de Souza Caria . -- São Paulo : Instituto Paulo Freire, 2011.

Vários colaboradores.

ISBN: 978-85-60867-09-7

1. Ações educativas 2. Agricultura 3. Agricultura familiar 4. Desenvolvimento rural 5. Desenvolvimento sustentável 6. Educação popular 7. Extensão rural 8. Pesquísa agrícola 9. Políticas públicas I. Lima, Ivamney Augusto. II. Pini, Francisca Rodrigues de Oliveira. III. Caria, Alcir de Souza.

11-14792 CDD-630

Índices para catálogo sistemático:
1. Formação de agentes de pesquisa e extensão rural em educação popular para o desenvolvimento da agricultura familiar 630

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
Rua Cerro Corá, 550, Lj. 1
São Paulo – SP – Brasil
(11) 3021-1168
www.edlpaulofreire.org
editora@paulofreire.org
livraria@paulofreire.org

Instituto Paulo Freire
Rua Cerro Corá, 550, 1º andar, sala 10
São Paulo – SP – Brasil
(11) 3021-5536
www.paulofreire.org
ipf@paulofreire.org

EXPEDIENTE

Esta publicação é parte da *formação de agentes locais de pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural* (Ater) *em Educação Popular*, por meio do *Programa Mais Alimentos – tecnologias apropriadas, pesquisa, extensão rural e agricultura familiar* no estado de São Paulo. Termo de cooperação Embrapa-Dater-SAF-MDA (Contrato Embrapa-IPF).

GRUPO GESTOR ESTADUAL DO PROGRAMA MAIS ALIMENTOS – GGEMA

Ivamney Augusto Lima
Cati/SAA/SP
Fernando C. A. U. Matsuura
Embrapa TT/Escritório de Negócios de Campinas
Edna Maddarena
Cati/SAA/SP
Valeria Comitre
Apta/SAA/SP
Marco Antônio Pimentel
FAF/CUT
Elias David de Souza
Fetaesp
Marial Lúcia Mendes de Carvalho
Ceeteps

Comissão Executiva Estadual do Programa Mais Alimentos – CEEMA

Luis Otávio Saggion Beriam
Apta/SAA/SP
Ivamney Augusto Lima
Cati
Marcelo Mikio Hanashiro
Nozomu Nakishima
Rosenilde Rezende
Vera Scholze Borges
Embrapa TT / Escritório de Negócios de Campinas
André Fachini Minitti
Embrapa Informática Agropecuária

Comissão Estadual de Formação do Programa Mais Alimentos

Ivamney Augusto Lima
Cati/SAA/SP
Francisco Miguel Corrales
Embrapa Meio Ambiente
Sandra Maria Pereira da Silva
Apta/SAA/SP
Marco Antonio Pimentel
FAF/CUT
Elias David de Souza
Fetaesp

Comissão de Formação do Programa Mais Alimentos (Território Andradina)

Atílio Batista Pacce
EDR Andradina/Cati/SAA/SP
Fernando dos Santos Murai
CATI/SAA/SP/ CA de Guaraçaí
Neli Cristina Belmiro dos Santos
Polo Regional Extremo Oeste/Andradina/Apta/SAA/SP
Belmiro dos Santos
Polo Regional Extremo Oeste/Andradina/Apta/SAA/SP
Márcio Rogério Siviero
Sindicato Rural de Guaraçaí
Manoel Veríssimo dos Santos
ETC Sebastiana Augusta de Moraes
Lauro Komuro
ETC Sebastiana Augusta de Moraes
Margarete M Rodrigues Martins
ETC Sebastiana Augusta de Moraes
Lilian C Domingues de Souza
ETC Sebastiana Augusta de Moraes
Karen Cristine P. Narimatru
ETC Sebastiana Augusta de Moraes

Agentes Locais de Pesquisa e ATER do Territorio Andradina

Carlos Eduardo R.L de Godoy
Irlana Aparecida Lopes Pereira
Jean Joca da Silva
João Victor Ribeiro Cardoso
José Henrique dos Santos Mathias
José Vinicius Ribeiro Cardoso
Leandro José Clemente Júnior
Letícia Silva Lima
Luan Joca da Silva
Lucas Poltronieri Fattori
Luiz Henrique da Silva Neto
Rodrigo Batista de Souza
Roberto K. Sekiya
Tatiane Bispo Santana
Rhuan Cesar Sakakibara
Weverton Rangel R. dos Santos

Comissão de Formação do Programa Mais Alimentos (Território Sudoeste Paulista)

Sandra Maria Ramos
EDR Itapeva Cati/SAA/SP
Patrícia Cartier Paranhos
FAF/CUT
Alexandre Paiva Gaspar
ETC Prof. Dario Pacheco Pedroso
Rita Aparecida Navarro
ETC Prof. Dario Pacheco Pedroso
Wedner Rogério
ETC Prof. Dario Pacheco Pedroso

Agentes Locais de Pesquisa e ATER do Territorio Sudoeste Paulista

Aline Emiliana de Barros
Ana Paula de Lima Barros
Anderson de Siqueira Gomes
Antonio Roberto da Silva Oliveira

Augustinho Sena Gomes
Daiane Grasull de Souza
Débora Calhassi
Ivaldo José Antunes de Almeida
José Alexandre de Oliveira
José Donizetti Domingues
João Helio dos Santos
Jorge Rodrigues Baptista Junior
José Luiz Pacheco Lima
Kesssy Jhonny de Almeida Benfica
Leandro Henrique de Lim
Leonardo da Silva Wrablewski
Maria Claudia Nogueira
Marinildes Batista Leite
Sandro Souza da Silva
Saulo Almeida Golob
Sergio Augusto Nunes Machado
Valdirene Zacarias de Oliveira
Vagner Luiz Domingues
Welington Aparecido Rodrigues

Fotografias

Adriano Henrique Hermini
Cati
Vera Scholze Borges
Embrapa TT/Escritório de Negócios de Campinas
Junia Alencar
Embrapa TT/Escritório de Negócios de Campinas

Instituto Paulo Freire

Moacir Gadotti
Presidente
Alexandre Munck
Diretor Administrativo-Financeiro
Ângela Antunes
Diretora de Gestão do Conhecimento

Francisca Pini
Diretora Pedagógica
Paulo Roberto Padilha
Diretor de Desenvolvimento Institucional
Daniel Augusto de Figueiredo
Coordenador da Área de Educação Popular
Lucas Fernando C. Henriques
Educador
Alcir de Souza Caria
Assessor da Diretoria

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
Janaina Abreu
Coordenadora Gráfico-Editorial
Rodrigo Gomes de Oliveira
Capa, Identidade Visual, Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final
Carlos Coelho e Isis Silva
Revisores
Eliza Mania
Produtora Gráfico-Editorial
Emília Silva
Assistente Gráfico-Editorial

AGRADECIMENTOS

Prefeituras Municipais
Andradina, Mirandópolis, Guaraçaí, Itapeva, Itaberá, Ribeirão Branco e Guapiara

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo - FETAESP
Sindicatos Rurais de Guaraçaí e Mirandópolis; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Guaraçaí e Mirandópolis

Federação da Agricultura Familiar / Central Única dos Trabalhadores - FAF/CUT
Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itapeva, Itaberá, Ribeirão Branco e Guapiara

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral / Secretaria de Agricultura e Abastecimento - CATI/SAA/SP
Centro de Frutas do Instituto Agrônomico de Campinas, Divisão de Extensão Rural; Escritórios de Desenvolvimento Rural de Andradina e Itapeva; Casas da Agricultura de Mirandópolis, Guaraçaí, Itapeva, Itaberá, Ribeirão Branco e Guapiara. Postos de Sementes e Mudas de Lucélia, Itaberá e Tietê

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - Apta/SAA/SP
Departamento de Gestão Estratégica; Polos de Desenvolvimento Regionais do Extremo Oeste, do Sudoeste Paulista e do Vale do Paraíba; Centro de Frutas do Instituto Agronômico de Campinas.

Centro Paula Souza
Coordenadoria do Ensino Técnico; Escolas Técnicas Sebastiana Augusta de Moraes e Dr. Dario Pacheco Pedroso

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Departamento de Transferência de Tecnologia de Brasília; Transferência de Tecnologia Escritório de Negócios de Campinas; Informática Agropecuária; Meio Ambiente; Pecuária Sudeste; Instrumentação

Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria da Agricultura Familiar / Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - MDA-SAF-DATER
Delegacia do MDA em SP

Canção Óbvia

(Paulo Freire)

Escolhi a sombra de uma árvore para meditar
no muito que podia fazer enquanto te esperava
quem espera na pura esperança
vive um tempo de espera qualquer.
Por isso enquanto te espero
trabalharei nos campos e dialogarei com homens,
mulheres e crianças
minhas mãos ficarão calosas
meus pés aprenderão os mistérios dos caminhos
meu corpo será queimado pelo sol
meus olhos verão o que nunca tinham visto
meus ouvidos escutarão ruídos antes despercebidos
na difusa sonoridade de cada dia.

Desconfiarei daqueles que venham me dizer
à sombra daquela árvore, prevenidos
que é perigoso esperar da forma que espero
que é perigoso caminhar
que é perigoso falar...
porque eles rechaçam a alegria de tua chegada.

Desconfiarei também daqueles que venham me dizer
à sombra desta árvore, que tu já chegaste
porque estes que te anunciam ingenuamente
antes te denunciavam.
Esperarei por ti como o jardineiro
que prepara o jardim para a rosa
que se abrirá na primavera.

SUMÁRIO

16 **1.** APRESENTAÇÃO

19 **2.** EXTENSIONISMO RURAL NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO

20 **2.1** A modernização conservadora da agricultura

26 **2.2** O agente Ater no contexto da agricultura familiar sustentável

32 **2.3** A pesquisa agrícola sistêmica (*Farming Systems Research* – FSR) e a pesquisa agrícola participativa (PAR)

33 **2.4** A nova função agrícola e social do agente Ater

35 **3.** ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

36 **3.1** A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)

39 **3.2** O Programa Mais Alimentos

40 **3.3** O Mais Alimentos no estado de São Paulo

40 **3.4** Pressupostos metodológicos para o Mais Alimentos em São Paulo

43 **3.5** A estrutura organizacional do Mais Alimentos em São Paulo

44 **3.6** Redes temáticas de Ater

45 **3.7** A rede temática de metodologias participativas

47 4. A FORMAÇÃO DE AGENTES ATER EM EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA
48 4.1 Contexto histórico
50 4.2 Pressupostos metodológicos do Grupo Gestor Estadual
52 4.3 A opção pela Educação Popular na perspectiva freiriana
53 4.4 Continuar e reinventar o legado de Paulo Freire nos trabalhos de Ater
56 4.5 O curso de formação de agentes de pesquisa e Ater em Educação Popular
61 4.6 As oficinas de formação em Educação Popular
72 4.7 Principais problemas para implementar a Pnater
73 4.8 Possibilidades e necessidades para implementação da Pnate
74 4.9 Relação Educação Popular e Pnater
75 4.10 Construindo a identidade do grupo de agentes de Ater local
78 4.11 O seminário de apresentação dos resultados do Mais Alimentos/SP
81 4.12 As aprendizagens construídas
83 4.13 Depoimento de participantes da formação

95 CONSIDERAÇÕES FINAIS

97 REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

I

Esta publicação registra o caminho percorrido e os resultados alcançados durante a formação em Educação Popular realizada nos meses de abril, junho, outubro e novembro de 2010, junto a agentes locais de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural dos territórios de Andradina e do sudoeste paulista, no contexto do Programa Mais Alimentos do governo federal, com seu amplo conjunto de ações de financiamento e assistência técnica para o desenvolvimento da agricultura familiar.

As experiências aqui descritas são frutos do esforço coletivo de vários atores sociais ligados à formação de pesquisadores, extensionistas e agricultores comprometidos com o desenvolvimento da agricultura familiar numa perspectiva sustentável, solidária e emancipatória, e se apresenta como importante subsídio para jovens alunos das escolas técnicas, agricultores familiares das unidades demonstrativas e demais atores sociais envolvidos com a inclusão social e econômica das comunidades rurais, por meio da disponibilização dos novos conhecimentos gerados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pelas organizações estaduais de pesquisa (Oepas) e pelos próprios agricultores familiares.

O **primeiro capítulo** deste caderno apresenta um breve histórico da extensão rural no Brasil, destacando os avanços e recuos vividos ao longo do processo de transformação da extensão rural convencional em extensão rural para o desenvolvimento sustentável.

No **capítulo dois**, aspectos das atuais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrário são explorados, buscando reunir as características fundamentais que compõem os novos papéis sociais dos agentes locais de pesquisa, assistência e extensão rural no Brasil hoje.

No **terceiro capítulo**, o processo e resultados da formação em Educação Popular são apresentados, compartilhando os principais momentos e etapas de toda a experiência vivida, incluindo ainda síntese das aprendizagens socializadas e depoimentos de envolvidos nessa ação formadora.

Nos diálogos desenvolvidos ao longo da formação com os agentes locais, buscou-se articular os pressupostos da Educação Popular na perspectiva freiriana com os princípios da Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário realizada em

junho de 2008 em Olinda, Pernambuco, e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), e tiveram por objetivo a construção de práticas e abordagens de assistência e extensão rural que superem o modelo meramente difusionista e mecanicista de transmissão de conhecimentos sobre o manejo agropecuário.

EXTENSIONISMO RURAL NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO

2

2.1 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA

O serviço de extensão rural no Brasil teve início em 1948 no estado de Minas Gerais. Inspirado no modelo extensionista norte-americano, foi criado com o objetivo de modernizar a agricultura nacional e permitir ao País a substituição de importações. Em 1956, com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), inicia-se o processo de expansão desse serviço em todo o País.

Subordinada à doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, em pleno Regime Militar, a Abcar deixa de atuar exclusivamente junto ao pequeno e médio agricultor e passa, também, a executar programas de assistência e incentivos à exportação agrícola junto aos grandes produtores.

Neste contexto de modernização conservadora da agricultura brasileira, em 1972, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) é criada, passando a executar uma política nacional de modernização que condicionava as atividades do campo ao desenvolvimento do setor industrial, transformando a assistência e extensão rural em processo de transferência de tecnologias agrícolas associadas às novas máquinas e insumos industrializados.

As ações educativas inerentes à extensão rural visavam a "modernização" do homem do campo por meio da disseminação de tecnologias construídas na indústria, levando os seus agentes a reproduzir práticas e abordagens bastante interventoras, introjetando no trabalhador do campo determinados valores, técnicas e saberes fortemente alinhados à logica do capital.

> A extensão rural ao desenvolver um trabalho educativo assistencialista e controlador, impossibilita que o pequeno produtor desenvolva criticamente sua consciência, que aprenda e apreenda a realidade em que está inserido em sua complexidade e dinâmica, e as relações de poder existentes na mesma. São homens, mulheres, jovens e crianças, limitados e assistidos, que paulatinamente distanciam-se da dimensão de sujeitos históricos, sociais, de práxis (PORTILHO, 1999, p. 137).

Os agentes extensionistas, possuidores de determinados saberes especializados sobre o manejo agropecuário a ser feito a partir das novas tecnologias, insumos e maquinários disponíveis, tinham a função de transmitir ao agricultor informações que não incluía a reflexão crítica sobre a transformação da vida no campo.

> O pequeno produtor e sua família acatam como naturais suas condições de existência. Não detectam o processo de construção histórico que entrelaça e amarra as relações sociais de produção. Desta forma não se percebem enquanto sujeitos com potencialidades de autotransformação e transformadores da realidade. Sentem-se amparados pelo trabalho assistencialista da extensão rural, ficando à mercê do traçar dos caminhos e descaminhos dos extensionistas. São homens privados do gozo da autonomia (PORTILHO, 1999, p. 138).

O modelo difusionista de extensão rural, dedicada à difusão dos pacotes tecnológicos de modernização conservadora da agricultura, começou a ser questionado entre os agentes da Embrater somente a partir da década de 1980, com a formulação de uma nova perspectiva para a formação de extensionistas, servindo-se para isso das contribuições teóricas de Paulo Freire, Díaz Bordenave e outros.

> Desde então, a formação de extensionistas, ainda que refém das tradições difusionistas, tecnicistas e à escola da transmissão de conhecimentos, vem sendo objeto de profundas mudanças ou, quando menos, profundas críticas e reflexões sobre o seu papel (CAPORAL, 2009a, p. 7).

Em 1990, contrariando a Constituição Federal que assegura ao produtor rural acesso aos serviços públicos de assistência e extensão rural, o então presidente Collor de Melo torna extinta a Embrater, impondo grandes consequências sobre os pequenos e médios produtores, que, diferente dos grandes, não podiam recorrer a serviços equivalentes oferecidos pela iniciativa privada.

> Nos anos subsequentes à extinção da Embrater, houve desorganização de todo o sistema oficial de Ater, provocando nos estados extinções, fusões, mudanças de regime jurídico, sucateamentos e, principalmente, a perda de organicidade e de articulação entre as diversas instituições executoras do serviço (PEIXOTO, 2009, p. 26).

Com o fim da Embrater, justificado pela doutrina neoliberal do Estado mínimo já em curso no Brasil, o governo deixa clara a sua opção pela não federalização dos serviços de assistência técnica e extensão rural, restando aos municípios e estados o cumprimento dessa tarefa pública.

Segundo Marcus (2008), no mesmo ano de 1990, o governo brasileiro, de forma contraditória, reativa os serviços de Ater, mas restringindo a sua atuação ao escopo de atuação da Secretaria Nacional da Reforma Agrária, do então Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Em meio a confusões conceituais evidenciadas nas leis e decretos sobre assistência técnica e extensão rural desse período, ao não defini-la como um processo agrícola, ou como uma política pública, ou ainda como uma organização pública, o que se observou foi uma autêntica dança das cadeiras, com a migração dos serviços de Ater entre ministérios e secretarias que foram se criando.

A *difusão* e *transferência* de tecnologia realizadas no contexto das atividades de assistência técnica e extensão rural tornou-se uma prática hegemônica no Brasil. Mesmo em meio a amplos esforços empreendidos desde a década de 1980 pela Embrater, a lógica conservadora de modernização da agricultura impôs, por um longo período, um modelo extensionista que desconsiderava a realidade social, ambiental, econômica e cultural das comunidades agrícolas beneficiadas, negando a elas possibilidades concretas de se viabilizarem economicamente respeitando seus contextos.

> A expansão da agricultura "moderna" ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produ-

> ção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na "modernização da agricultura", são eivadas de desigualdades e privilégios (BALSAN, 2006, p. 125).

O fato é que no Brasil as políticas de modernização da agricultura sempre priorizaram os grandes produtores que se dedicavam a monoculturas expansivas com forte impacto na balança comercial, tratando de forma secundária as demandas dos pequenos e médios agricultores.

Essa lógica de modernização que beneficiava regiões, produtores e culturas específicas, gerou enormes impactos sociais, econômicos e ambientais, como o adensamento populacional e crescimento desordenado nas cidades por conta do forte êxodo rural, desmatamento em prol de monoculturas e pecuária extensiva, poluição das águas e solos pelo uso racional de agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos com sensível redução da biodiversidade de regiões inteiras, precarização do trabalho no campo e nítido empobrecimento do meio rural, entre outros.

No entanto, na década de 1990, registram-se três importantes fatos em favor dos que lutavam por um outro modelo de desenvolvimento do campo no Brasil.

O primeiro diz respeito ao surgimento do conceito de *agricultura familiar*, que se desenvolveu no âmbito dos movimentos sociais de luta pela terra e que passaria a influenciar as políticas agrícolas no restante dessa década. Agricultura familiar que, diferentemente da agricultura patronal, utiliza-se mais de mão de obra familiar que contratada.

O segundo, em resposta à luta dos movimentos sociais, foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pelo Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996, garantindo crédito para novos investimentos e custeio a agricultores familiares que se dedicavam à produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas e leite.

> Durante alguns anos após o lançamento do Pronaf, cujos recursos disponibilizados cresceram a cada safra, ocorreu um choque

> entre o que restava do setor estatal de Ater e o Terceiro Setor (composto por organizações não governamentais, sindicatos, associações), pela disputa da mesma fonte de recursos federais para o setor da agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que se consolidava o Pronaf, os movimentos sociais passaram a exigir com mais veemência um serviço de Ater público, gratuito e de qualidade (PEIXOTO, 2008, p. 31).

O terceiro fato a se destacar, ocorrido em 1997, diz respeito aos amplos debates sobre assistência técnica e extensão rural realizados durante o seminário nacional que se desdobrou em seminários regionais em todos os estados, culminando na realização de um *workshop* para a formulação de um novo modelo de Ater, contando com a participação de representantes do governo, da Ater estatal, dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais, dos movimentos sociais, universidades e ONGs, tendo por base o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

> Deste evento surgiu a proposta de consolidação de um modelo institucional de Ater pública estatal e não estatal, descentralizado, pluralista, autônomo e gratuito. Como princípios, a proposta defendia ainda o desenvolvimento sustentável, exclusiva para a agricultura familiar, o controle social da gestão e organização em rede, com atuação articulada dos agentes (PEIXOTO, 2008, p. 31).

Apesar do aumento do número de instituições de assistência técnica e extensão rural no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, a descontinuidade das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo refletiu no sentido público e social das atividades dos agentes locais de Ater, mantendo ainda hoje a necessidade de se repensar as práticas de extensão rural junto aos agricultores.

Em mais de cinquenta anos de existência, a extensão rural passou por diversas fases. As principais características destas fases foram

classificadas por Rodrigues (1997) em três momentos distintos, relacionados à orientação filosófica e ao modelo operacional predominante em cada um deles, os quais denominou de: 1) humanismo assistencialista; 2) difusionismo produtivista; 3) humanismo crítico.

Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil

ESPECIFICAÇÃO	HUMANISMO ASSISTENCIALISTA	DIFUSIONISMO PRODUTIVISTA	HUMANISMO CRÍTICO
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989
Público preferencial	Pequenos agricultores	Grandes e médios agricultores	Pequenos e médios agricultores
Unidade de trabalho	Família rural	Produtor rural	Família rural
Orientação pedagógica	"Ensinar a fazer fazendo"	Difusionista	Dialógica problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais
Tipo de planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Apenas subjacente: instrumento para melhorar as condições de vida da família rural	Finalístico: modernizar o processo produtivo, aumentando a produtividade da terra e do trabalho	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social

Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado: cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não)	Orientado: voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital	Orientado: voltado preferencialmente para viabilizar "tecnologias apropriadas"
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais	Não se preocupa com este tipo de ação	Estimula a organização e o associativismo rural autônomos

Fonte: Rodrigues, C. M. Conceito De Seletividade Em Políticas Públicas E Sua Aplicação No Contexto Da Política De Extensão Rural No Brasil. Caderno De Ciência E Tecnologia, Brasília, V. 14, N. 1, 1997.

A ação de formação em Educação Popular de perspectiva freiriana desenvolvida com agentes de assistência técnica e extensão rural aqui registrada, se insere neste contexto histórico e que, a partir de 2003, com o Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), trouxe novos desafios que precisam ser enfrentados, de modo a se efetivar uma abordagem mais dialógica, democrática, participativa e sustentável junto ao trabalhador do campo.

2.2 O AGENTE ATER NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL

Na formulação das suas políticas públicas, os governos que se sucederam no Brasil, ao designarem os sujeitos do campo, utilizavam termos diversos, desprovidos de razoável conceituação histórica, como pequeno produtor, lavrador, camponês, agricultor de subsistência, entre outros.

Foi a partir da década de 1990 que o conceito de agricultura familiar alcançou hegemonia e passou a influenciar fortemente as políticas públicas voltadas à questão agrária e agrícola, em res-

posta aos pressupostos e formulações construídos no interior dos movimentos sociais organizados, legitimados pela comunidade acadêmica nacional e apoiados por agências multilaterais como a FAO e Banco Mundial.

Em contraposição à lógica da agricultura patronal, cujo modelo está pautado na expansão indiscriminada da produção e produtividade agropecuária, gerando graves consequências à realidade social, econômica e ambiental na área rural, a agricultura familiar sintetiza um novo sentido para a atividade agrícola no campo, por meio de um desenvolvimento rural sustentável que busca maior equilíbrio entre produção agrícola, preservação ambiental e desenvolvimento social.

> A escolha da agricultura familiar está relacionada com multifuncionalidade da agricultura familiar, que além de produzir alimentos e matérias primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (OLALDE, 2011).

Se historicamente o meio rural sempre foi compreendido como uma fonte de problemas, a agricultura familiar inverte esse entendimento e se apresenta como importante estratégia de desenvolvimento, ao permitir a melhoria do emprego e da qualidade da vida no campo.

A agricultura patronal, que se ocupa de médias e grandes áreas, de no mínimo 200 hectares, impõe sobre o campo a redução do emprego e precarização do trabalho em virtude da mecanização das plantações. Apesar da sua atividade agrícola gozar de crédito rural, há uma enorme concentração da riqueza, gerando pouco benefício social local. O desmatamento, a indiscriminada extensão agropecuária, bem como o uso racional de fertilizantes, inseticidas, herbicidas e outros produtos químicos sintéticos com vistas ao ganho de produtividade, impactam fortemente sobre a biodiversidade local.

Quadro comparativo dos modelos patronal e familiar

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e pela sua família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade de recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas, eliminação de decisões de "terreno e de momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Fonte: FAO/Incra, 1995.

O primeiro conjunto constitui a agricultura patronal, correspondente a 580 mil estabelecimentos, em que predomina a completa separação entre gestão e trabalho, organização centralizada, ênfase na especialização, práticas agrícolas padronizáveis e trabalho assalariado. O outro conjunto constitui a agricultura familiar, correspondente a 5,22 milhões de estabelecimentos, em que predomina a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários, ênfase na diversificação de culturas, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, e o trabalho familiar complementado por trabalho assalariado.

Como se pode ver, a multifuncionalidade de uma unidade familiar agrícola impõe aos agentes de assistência técnica e extensão rural mudanças metodológicas e conceituais importantes, exigindo uma

urgente revisão da sua práxis, de modo a ser capaz de mediar a inovação das atividades agropecuárias com base nos pressupostos da agroecologia, para além da simples difusão das soluções tecnológicas disponíveis.

O movimento da agroecologia no Brasil alcançou maior visibilidade e espaço político em 2002, por ocasião do Encontro Nacional de Agroecologia, que contou com a participação de agricultores familiares, extrativistas, pesquisadores, extensionistas, professores de escolas agrícolas, técnicos de ONGs e representantes de organismos governamentais, e que culminou na formulação de uma Carta Política[1] aos candidatos à presidência da república no pleito daquele ano, onde reconheciam:

- que o desenvolvimento rural sustentável só será possível se baseado na justiça social, na distribuição dos recursos produtivos e no uso de tecnologias que, ao mesmo tempo, conservem o meio ambiente e garantam níveis de produção adequados;

- que somente uma numerosa e dinâmica produção familiar pode garantir o desenvolvimento rural sustentável que gere novos empregos e fontes de renda para homens e mulheres do campo;

- que a agroecologia é a abordagem de gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar;

- que a produção agroecológica familiar é economicamente viável, ambientalmente saudável, culturalmente apropriada e socialmente justa;

- que a igualdade das relações entre homens e mulheres

1 Informações detalhadas do Encontro Nacional de Agroecologia podem ser obtidas no seguinte endereço: <http://www.encontroagroecologia.org.br>. Acesso em: 20 set. 2011.

é condição essencial para o alcance da sustentabilidade da produção agroecológica familiar;

- que o padrão vigente de apropriação da terra baseado no latifúndio e na grande empresa rural deve desaparecer. Ele provoca a exclusão social e a degradação do meio ambiente, por meio da motomecanização intensiva e do uso de produtos tóxicos, substituindo a diversidade da natureza e da produção familiar por imensas áreas de monocultura;

- que o Estado, em todos os níveis, deve reverter as políticas que privilegiam esse modelo dominante e a elite rural em favor de políticas que garantam a transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável baseado na produção familiar agroecológica. O papel do Estado deve ser o de favorecer a participação dos produtores e produtoras familiares, por intermédio de suas organizações, na formulação e execução de políticas de desenvolvimento rural agroecológico, e não o de executá-las de cima para baixo;

- que os produtores e produtoras familiares detêm conhecimentos inestimáveis sobre os recursos naturais e o meio ambiente e, quando integrados a processos de diálogo com o meio científico, têm potencializado sua capacidade criativa na inovação agroecológica;

- que a sociedade começa a perceber as vantagens do consumo de alimentos agroecológicos e a valorizar a produção de origem familiar;

- que a produção familiar agroecológica não se destina a um nicho de consumidores ricos; ela pode, com políticas públicas adequadas, alimentar toda a população brasileira e produzir excedentes exportáveis;

- que os produtores e produtoras familiares socialmente organizados e com apoio adequado são capazes de assumir a promoção do desenvolvimento rural e de formular políticas que o favoreçam.

Desde então, o paradigma da agroecologia passou a fundamentar a práxis agropecuária no contexto da agricultura familiar, exigindo do agente Ater mediar não apenas a simples maximização da produção agrícola, mas o desenvolvimento sustentável do campo, considerando, durante a sua presença e ação junto aos agricultores, os aspectos socioculturais, econômicos, ambientais e políticos associados à atividade produtiva em questão.

Ao ser desafiado a integrar os conhecimentos prévios dos agricultores com os conhecimentos oriundos de pesquisas científicas diversas, o profissional de Ater, na perspectiva da agroecologia, torna-se um importante agente de transformação social e ambiental, favorecendo um desenvolvimento agropecuário sustentável do local onde atua.

> De qualquer forma, a Agroecologia não se propõe como uma panaceia para resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas de nossos modelos de produção e de consumo, nem espera ser a solução para as mazelas causadas pelas estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas, senão que busca, simplesmente, orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentável e de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados. Defende-se que, a partir dos princípios da Agroecologia, existe um potencial técnico-científico já conhecido e que é capaz de impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura e, portanto, pode servir como base para reorientar ações de ensino, de pesquisa e de assessoria ou assistência técnica e extensão rural, numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade socioambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas (CAPORAL, 2009b, p. 13).

O Brasil reúne hoje um conjunto de pressupostos para a transformação da vida no campo que favorecem o repensar da função agrícola e social do agente responsável pelas atividades de assistência técnica e extensão rural no Brasil. Pois, inegavelmente, sua ação junto às comunidades agrícolas reúne potencialidades educativas de grande impacto social. Além das questões associadas à técnica agrícola, o agente de Ater reúne inúmeras possibilidades de mediação com vistas à transformação produtiva, ambiental e social do campo.

2.3 A PESQUISA AGRÍCOLA SISTÊMICA (*FARMING SYSTEMS RESEARCH* – FSR) E A PESQUISA AGRÍCOLA PARTICIPATIVA (PAR)

Nas propostas da pesquisa agrícola sistêmica e da pesquisa agrícola participativa, a institucionalização da pesquisa agrícola define novos papéis específicos para a extensão rural. Com relação à pesquisa agrícola sistêmica, Gibbon (1994) destaca as seguintes formulações teóricas na concepção da pesquisa, as quais tiveram implicações na concepção e na atuação da extensão rural:

a) introduz-se o produtor rural no processo de geração de tecnologia;

b) enfatiza-se a familiaridade do conhecimento nativo;

c) estimula-se a utilização de estratégias participativas;

d) introduz-se a necessidade de trabalhar com equipes interdisciplinares;

e) reestruturam-se as relações de pesquisa e extensão rural no processo.

Se considerarmos a pesquisa agrícola participativa, os desafios da extensão rural passam a ser:

a) envolver-se em novos problemas agrários, como a reforma agrária, por exemplo;

b) fortalecer a forma organizacional e associativa de agricultores;

c) trabalhar mais intensamente com grupo de mulheres e jovens;

d) estabelecer novas posturas metodológicas junto ao produtor, tais como: manter o diálogo e não o monólogo, admitir o produtor como o sujeito da ação, considerar o saber popular como complementar ao conhecimento científico, envolver-se com o processo de conscientização.

Muniz (1993) conclui que, nas estratégias de ação da extensão rural, suas concepções advêm da proposta de reorganização da pesquisa agrícola e das formas de produção de conhecimento e tecnologia. Nesse sentido, cabe à extensão rural ser informada e direcionada pela pesquisa científica, pelas novas formas de produção do conhecimento e tecnologia e seguir a sua agenda de progresso. É dentro desses limites que as suas atividades, propostas e desafios são usualmente definidos e redefinidos.

2.4 A NOVA FUNÇÃO AGRÍCOLA E SOCIAL DO AGENTE ATER

Dentre as diversas definições de extensão rural, esta pode ser concebida como um serviço de assessoramento a agricultores, suas famílias, seus grupos e organizações, nos campos da tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, educação sanitária, educação ecológica, associativismo e ação comunitária (FIGUEIREDO, 1984).

É uma atividade desenvolvida basicamente pelos setores públicos federal, estadual e municipal, também ganhando ênfase nos dias de hoje junto às organizações não governamentais (ONGs), ao setor

privado, através de cooperativas de grande porte, de empresas fornecedoras de insumos, entre outras entidades.

Como uma das modalidades de educação rural ou educação no campo, o serviço de extensão rural, assim como o sistema público de educação, tem recebido as críticas de se constituir ao longo de sua história num instrumento dos interesses das classes dominantes no campo.

Paulo Freire (1977) afirma que, em seu campo associativo, o termo extensão encontra-se em relação significativa com transmissão, entrega, mecanicismo, invasão cultural, manipulação. Observa-se que, para grande parte dos agrônomos, a dialogicidade é inviável, pois estes acreditam que seus resultados são lentos, duvidosos, demorados, enquanto outros dizem que, apesar dos resultados que a dialogicidade pudesse produzir, esta não se concilia com a premência do País em relação à necessidade de se estimular a produtividade. Para o autor, semelhantes afirmações expressam uma inegável descrença no homem simples; uma subestimação do seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de quem procura conhecer; o de sujeito dessa procura. Daí a preferência por transformá-lo em objeto do conhecimento que se lhe impõe. Os agrônomos realizam, deste modo, o que se chama alienação da ignorância, segundo a qual a ignorância se encontra sempre no outro, nunca em quem se aliena.

Assim, negando o seu caráter político de instrumento de dominação e não se assumindo alternativa de resistência e mobilização das camadas populares, a extensão rural efetiva a contradição de transformar a sua ação, eminentemente educativa, em instrumento de alienação dos sujeitos do campo.

Em contraposição a esse modelo, na relação com o agricultor, a ação extensionista deve objetivar o fortalecimento da cidadania das pessoas e, por meio de abordagens dialógicas, democráticas e sustentáveis, construir condições para o aumento da produtividade agropecuária local. O oferecimento de alternativas de crédito rural e a recomendação do uso de certas tecnologias e insumos deixam de ser uma atividade fim do agente Ater e passam a ser uma atividade meio possível, dentre tantas outras.

ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

3

3.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)

Com a extinção do sistema de coordenação nacional de Ater no final da década de 1980, quando se voltava para um modelo de extensão humanista crítica, na década de 1990, sob a bandeira do neoliberalismo, retira-se o Estado das políticas de Ater para a promoção do desenvolvimento rural, deixando os agricultores familiares à mercê do mercado.

Porém, no final da década de 1990, os debates em torno do desenvolvimento sustentável apontavam que o fortalecimento da agricultura familiar passava necessariamente pela reestruturação e ressignificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural pública; assim, em Brasília, de 4 a 8 de agosto de 1997, com o objetivo de levantar elementos para a construção coletiva de um novo modelo de extensão rural pública para o desenvolvimento centrado na agricultura familiar, realizou-se o "Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão para a agricultura familiar", sob o patrocínio do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e a promoção da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), da Contag, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento/Secretaria de Desenvolvimento Rural/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (MA/SDR/Dater), da Faser e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud Projeto BRA 92/020).

Os desdobramentos deste seminário culminaram na instituição da Política Nacional de Ater-Pnater pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003 e, em 2010, na Lei de Ater que regulamenta a Pnater de acordo com os seguintes princípios e objetivos:

Princípios da Pnater[1]

- desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Objetivos da Pnater[2]

- promover o desenvolvimento rural sustentável;
- apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;

1 Disponível na íntegra em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=239704&norma=260619>. Acesso em: 20 set. 2011.

2 Disponível na íntegra em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=239704&norma=260619>. Acesso em: 20 set. 2011.

- aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;
- apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;
- promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;
- promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e
- contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

3.2 O PROGRAMA MAIS ALIMENTOS

O Plano Safra da Agricultura Mais Alimentos, lançado no dia 3 de julho de 2008, em Brasília (DF), pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, consolidou-se como outra nova conquista da agricultura familiar.

O plano buscava beneficiar, até o ano de 2010, um milhão de produtores familiares, com acesso a crédito para compra de máquinas e equipamentos e desenvolvimento de ações como correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares e sistemas agroflorestais e melhoria genética. A ideia era levar tecnologia e modernização para a agricultura familiar, com o objetivo de aumentar a produtividade.

O Plano Safra Mais Alimentos – uma ação do governo federal, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – estava embasado em três pilares: investimento, conhecimento e comercialização. Também foi concebido para produzir mais conhecimento em sustentabilidade econômica, ambiental e social, com apoio a projetos de organizações estaduais de pesquisa e a parceria dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Ciência e Tecnologia (MCT).

Para isso, o MDA assinou acordo de assistência técnica com a Embrapa, as organizações estaduais de pesquisa agropecuária (Oepas) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), para permitir que conhecimentos produzidos nos centros geradores pudessem ser utilizados pelos agricultores familiares para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.

No final do ano de 2008, inicia-se, então, a implementação da linha do conhecimento do Programa Mais Alimentos para o Plano Safra 2009-2010, conhecido como “Mais Alimentos – tecnologias apropriadas, pesquisa, extensão rural e agricultura familiar”.

Articuladas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pela Embrapa e pela Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), iniciam-se as discussões relativas às

demandas por tecnologias da Embrapa e das Oepas (organizações estaduais de pesquisa agropecuária) para viabilizar as tecnologias da pesquisa para os produtos da agricultura familiar no País e a estrutura necessária para a disponibilização destas tecnologias.

Constituiu-se, então, um grupo gestor nacional e 27 grupos gestores estaduais, formados por representantes do MDA, da Embrapa, da Ater, das Oepas e das organizações dos agricultores familiares, com a função de elaborar, consolidar, acompanhar e monitorar estratégias para viabilizar nacionalmente e nos estados o processo de disponibilização de tecnologia apropriada para agricultura familiar, de forma participativa, consolidando a parceria entre a Embrapa, o MDA e os movimentos de representação da agricultura familiar.

3.3 O MAIS ALIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

É neste contexto que, no primeiro semestre de 2009, formou-se no estado de São Paulo o Grupo Gestor Estadual do Mais Alimentos em São Paulo (GGEMA-SP), instrumentalizando a parceria Embrapa, Cati, Apta/SAA/SP, FAF e Fetaesp, no sentido de implementar as ações do *Programa Mais Alimentos – tecnologias apropriadas, pesquisa, extensão rural e agricultura familiar* no estado – (Mais Alimentos/SP).

3.4 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS PARA O MAIS ALIMENTOS EM SÃO PAULO

Desde as primeiras reuniões do Grupo Gestor Estadual, a questão de consenso entre os representantes das instituições parceiras era de que o programa, mais do que viabilizar as tecnologias da pesquisa para o aumento da produção de alimentos dos agricultores familiares paulistas, se constituísse numa nova forma de relacionamento entre as instituições de pesquisa, extensão rural públicas e

as organizações dos agricultores familiares no estado de São Paulo.

Deste modo, a metodologia de trabalho procurou seguir, desde o início da formação do Grupo Gestor e do planejamento junto aos agricultores familiares, os princípios de gestão do planejamento estratégico, baseado nos valores humanos e nos princípios da pesquisa participante e da extensão rural emancipadora, preconizados pela Política Nacional de Ater-Pnater.

Outro elemento estratégico e fundamental da metodologia foi a formação de agentes locais de pesquisa e Ater em Educação Popular na linha freiriana, desenvolvida em parceria com o Instituto Paulo Freire, junto a agricultores familiares e jovens estudantes das escolas técnicas.

Diante disso, os aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos da obra de Paulo Freire foram encorporados às formações, apoiando-se numa concepção pedagógica libertadora, ancoradas em categorias, tais como: práxis, conscientização, dialogicidade, amorosidade, relação dialética.

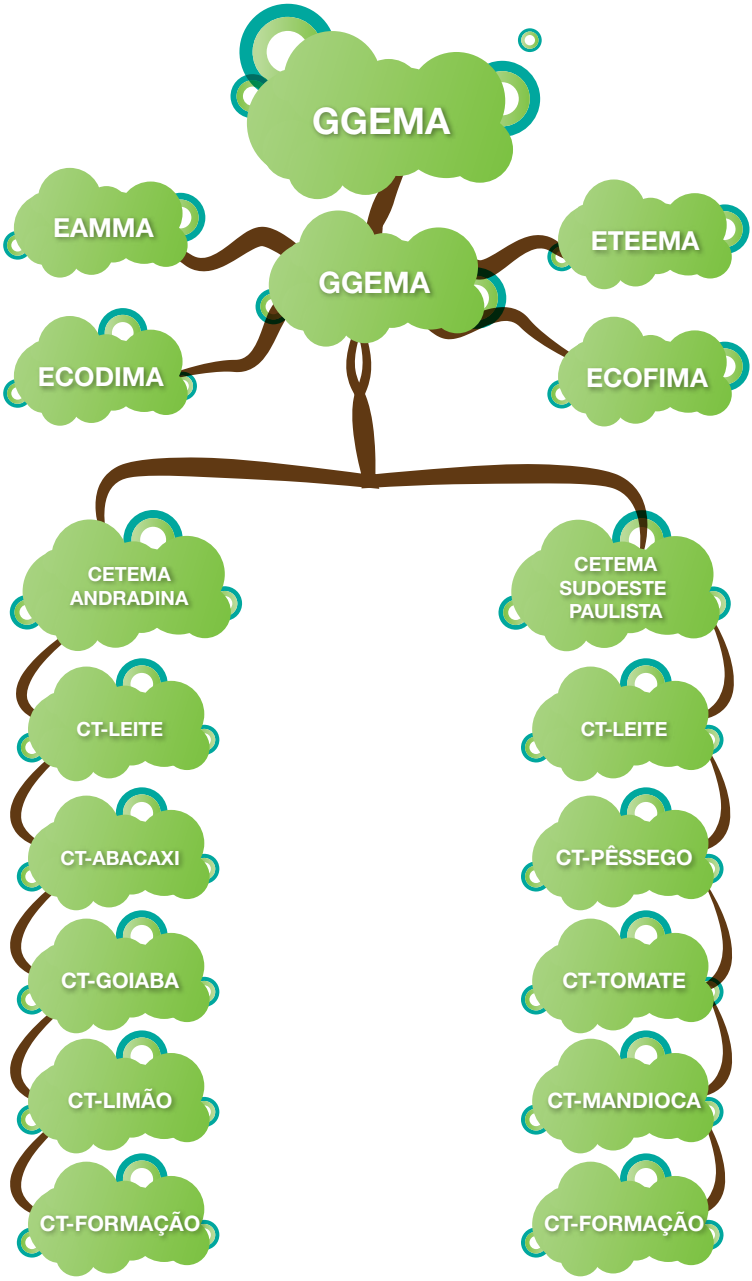
Segundo Paulo Freire (2006), o conhecimento não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. Ao contrário, o conhecimento exige presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Nesse sentido, Paulo Freire é ousado ao criticar, do ponto de vista semântico, o próprio conceito de extensão, por conceber que esse termo implica na ideia de estender algo a alguém, quando o verdadeiro sentido da educação não consiste em estender um saber a alguém despossuído de saber.

> Educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que este, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (Paulo Freire, 2006, p. 25).

Contudo, a prática em extensão rural, associada a este trabalho, está ligada ao seu contexto e à sua ação e não diretamente à semântica da palavra extensão; ainda assim a crítica de Paulo Freire serviu de norte para construção de uma extensão rural emancipadora.

Isso posto, a fundamentação teórica da Educação Popular freiriana possibilitou momentos dialógicos e de aprendizagem mútua, onde os educandos problematizaram sua realidade concreta e objetiva, para atuarem criticamente sobre ela. (Paulo Freire, 2006)

3.5 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MAIS ALIMENTOS EM SÃO PAULO



3.6 REDES TEMÁTICAS DE ATER[3]

Entre as estratégias do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, no ano de 2008, redes temáticas de Ater foram criadas e integradas à nova dinâmica da assistência técnica e extensão rural pública, baseada na cooperação entre o governo federal e as organizações governamentais e não governamentais, institucionalizada no Sistema Brasileiro Descentralizado de Ater (Sibrater).

Orientando-se pelos eixos de ação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) de superação da pobreza rural, promoção da segurança e soberania alimentar, ecologização dos sistemas de produção, geração de renda e agregação de valor, as redes temáticas visam a articulação entre os agentes, as organizações de assistência técnica e extensão rural e a pesquisa agropecuária. Criam, ainda, oportunidades de intercâmbio e troca de experiências, facilitam o conhecimento das políticas públicas e a formação dos agentes de Ater, organizam e disponibilizam conteúdos e propostas tecnológicas para os agentes e agricultores familiares. São elas as redes temáticas de:

- agroecologia;
- agroindústria;
- biodiesel;
- comercialização;
- financiamento e proteção da produção;
- formação de agentes de Ater;
- cadeia do leite;

3 Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas//Redes>. Acesso em: 20 set. 2011.

- metodologias participativas de Ater;
- produtos e mercados diferenciados;
- turismo rural;
- diversificação na agricultura familiar fumicultora;
- Ater para povos indígenas;
- Ater para mulheres;
- sistemas agroflorestais.

3.7 A REDE TEMÁTICA DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

A rede temática de metodologias participativas de Ater, considerada, juntamente com a rede de agroecologia e a rede de formação de extensionistas, como rede transversal, por meio das discussões iniciais de seus articuladores estaduais, concluiu que, para poderem propor uma sistematização das experiências das metodologias de Ater nas diversas instituições de Ater do País, era necessário um nivelamento filosófico e conceitual sobre as diferentes concepções pedagógicas na educação.

Nesse sentido, foi realizada uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a GTZ, que viabilizou a assessoria do Instituto Paulo Freire, para o alcance dos objetivos da rede. Este trabalho considerado um marco referencial na Ater, pela reaproximação da extensão rural com as ideias de Paulo Freire, após várias oficinas com os articuladores nacionais e de reuniões com a comissão de formação da rede, originou o documento "Proposta de fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de Ater"[4].

4 Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/>. Acesso em: 20. set. 2011.

O documento, publicado pelo MDA, oferece aos agentes de Ater uma base teórica relativa à pedagogia estabelecida pela Política Nacional de Ater (Pnater) e se constitui num primeiro esforço para aprofundar a compreensão da pedagogia de Ater, levando-se em conta as teorias da educação, a prática e compreensão dos agentes de Ater e as iniciativas concretizadas e em curso. A expectativa é ampliar as bases para a construção da abordagem de Ater que a Pnater requer.

Como visto anteriormente, o processo de construção deste documento foi fruto das reflexões e discussões da rede temática de metodologias participativas de Ater, referendadas nos documentos institucionais já produzidos para a Pnater, experiências representativas da diversidade de metodologias e práticas de Ater, como também referenciais pedagógicos na perspectiva emancipadora e de empoderamento.

No documento, para orientar a construção da pedagogia de Ater, são referidos, de maneira mais específica, como fundamentos teóricos, o construtivismo (Piaget: 1896-1980), o sociointeracionismo (Vygotsky: 1896-1934), a constituição do sujeito (Castoríadis: 1922-1997) e a Educação Popular emancipadora (Paulo Freire: 1921-1997).

Trata-se de uma construção coletiva, com o propósito de orientar, problematizar, instigar o debate, a prática extensionista e fortalecer um movimento, buscando ampliar esta base construída e consolidar a compreensão e a prática da nova pedagogia de Ater.

A FORMAÇÃO DE AGENTES ATER EM EDUCAÇÃO POPULAR FREIRIANA

4

AGENTES LOCAIS DE PESQUISA E ATER DO TERRITÓRIO ITAPEVA, 2010.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO

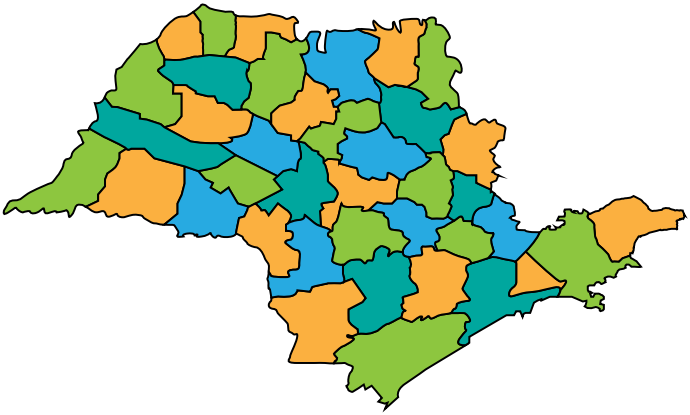
Na década de 1990, tornou-se comum ouvir expressões como "o fim da ideologia" e o "fim da história", e que o capitalismo e a democracia liberal constituíam o coroamento da história da humanidade, que teria atingido o ponto culminante de sua evolução por meio do liberalismo, o qual havia superado suas dificuldades e obstáculos. Essas afirmações tendem a subestimar a capacidade transformadora e criativa de homens e mulheres, pois, enquanto houver um pensamento crítico que não se contente com a aparência dos fenômenos históricos e se preocupe em desvelar a essência contraditória da realidade social, estará aberta a possibilidade da emancipação e transformação do mundo.

Assim, já no final da década de 1990, os estudos acerca do desenvolvimento econômico, político e social apontam que ainda estamos longe de superar os obstáculos que impedem que vivamos num mundo mais pacífico e numa sociedade mais justa e igualitária. Como resultados destes estudos e da pressão dos movimentos sociais, os governos têm colocado em suas pautas programas, projetos e atividades voltados para o desenvolvimento sustentável e solidário, tais como, no Brasil, o Plano Safra Mais Alimentos.

O grupo gestor estadual do Programa Mais Alimentos no estado de São Paulo, comprometido com a qualidade da pesquisa e da assistência técnica e extensão rural para a apropriação das

tecnologias pelos agricultores familiares, adotou como uma das estratégias fundamentais a formação de agentes locais de pesquisa e Ater em Educação Popular, dos territórios de Andradina e do sudoeste paulista.

A finalidade desta estratégia era a de ampliar as condições para que os agricultores familiares e jovens estudantes das escolas técnicas rurais participassem efetivamente da construção das políticas públicas, utilizando como referência os princípios da Política Nacional de Ater (Pnater) de uma Educação Popular e libertadora.



Fonte: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais.php>. Acesso em: 20 set. 2011.

Para a construção dessa ação contamos com a parceria do Instituto Paulo Freire, da direção pedagógica, dos professores e alunos das escolas técnicas Sebastiana Augusta de Moraes, do município de Andradina, e Dr. Dario Pacheco Pedroso, do município de Taquarivaí, bem como das lideranças dos agricultores familiares envolvidos.

Com esta estrutura definida, realizaram-se, em maio e junho de 2009, nos dois territórios, oficinas com agricultores familiares, para se levantar as dificuldades enfrentadas na produção agropecuária dos produtos selecionados, no que diz respeito a conhecimentos e tecnologias.

Levantadas estas dificuldades, os pesquisadores e extensionistas apresentaram as propostas de demandas tecnológicas e de ações de assistência técnica e extensão rural para solucionar as dificuldades. Após o aval dos agricultores, foram encaminhados dois projetos em formato de planos de trabalho ao grupo gestor nacional do Plano Safra Mais Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Com a aprovação dos dois projetos pelo grupo gestor nacional do Mais Alimentos, as ações de formação se iniciaram no segundo semestre de 2009.

Com esta apresentação inicial, esperamos ter contribuído para uma melhor compreensão do contexto histórico que originou o processo de formação de agentes de pesquisa e Ater em Educação Popular do Mais Alimentos/SP, desenvolvido pelo Instituto Paulo Freire e objeto deste documento.

4.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DO GRUPO GESTOR ESTADUAL

Vários fatos contribuíram para o Grupo Gestor Estadual do *Programa Mais Alimentos – tecnologias apropriadas, pesquisa, extensão rural e agricultura familiar* decidir desenvolver este projeto de formação junto aos agentes de pesquisa e Ater locais, dentre eles:

a) o fato de que um número crescente de agricultores familiares e suas organizações passam a adotar uma postura bastante crítica em relação aos “pacotes tecnológicos” impostos pela pesquisa e Ater oficial, vinculados a financiamentos bancários e centrados na difusão de informações e receitas para que agricultores utilizassem, obrigatoriamente, insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes sintéticos) e sementes patenteadas vendidas por empresas;

b) a constatação de que as políticas públicas de pesquisa e Ater são consideradas pelos agricultores familiares como umas das mais importantes para seu fortalecimento, uma vez que atuam na esfera da produção, da comercialização e da organização social;

c) a necessidade de incluir jovens agricultores e agricultores familiares no processo de construção e gestão das políticas públicas de pesquisa e Ater, como forma de apropriação do conhecimento e construção de sua autogestão e emancipação;

d) o entendimento de que as organizações de agricultores familiares detectaram uma grande insatisfação com a inexistência, má qualidade ou insuficiência da pesquisa e Ater nos municípios. A pesquisa e Ater disponíveis ou não chegavam, em sua quase totalidade, ou chegavam de forma inadequada aos agricultores familiares;

e) a sustentabilidade de projetos de desenvolvimento local através dos agentes de pesquisa e Ater locais.

A proposta de formação de agentes de pesquisa e Ater locais em Educação Popular foi definida como forma de superar os gargalos da pesquisa e Ater públicas no atendimento da demanda de tecnologias pelos agricultores familiares, consideradas, juntamente com a metodologia de planejamento e gestão interinstitucional adotada, como elementos estratégicos para buscar a sustentabilidade dos projetos locais de apropriação do conhecimento pelos agricultores familiares no estado de São Paulo.

O objetivo era, ao final desta primeira etapa de formação, a construção de projetos de desenvolvimento locais, a partir das demandas levantadas nas ações do Programa Mais Alimentos nas regiões, para assessoria e acompanhamento técnico, permanentes, por esses agentes de pesquisa e Ater locais.

Os oitenta jovens e agricultores familiares selecionados para atuarem como agentes de pesquisa e Ater locais, em seis municípios de dois territórios do MDA, passaram por um processo de

formação, cujos conteúdos essenciais foram: a qualificação para cogestão, com base nos princípios da política nacional de Ater e dos pressupostos da Educação Popular freiriana, e a construção de conhecimentos em planejamento e de assessoria a projetos de desenvolvimento local sustentável.

Como produto desta formação inicial, a partir de discussão criteriosa e definição participativa, foram construídos dois projetos territoriais, para possibilitar alternativas concretas de apropriação de conhecimentos e geração de renda, abertura de novas perspectivas para a agricultura familiar na região, socialização de conhecimentos e facilitação do acesso a outras políticas públicas de interesse direto da agricultura familiar.

4.3 A OPÇÃO PELA EDUCAÇÃO POPULAR NA PERSPECTIVA FREIRIANA

Dentre inúmeras razões que levaram o grupo gestor estadual a optar pela formação de agentes de pesquisa e Ater locais, com base nos princípios da Educação Popular na perspectiva freiriana, temos:

- o fato de que a Política Nacional de Ater, que orienta as ações do *Programa Mais Alimentos – tecnologias apropriadas, pesquisa, extensão rural e agricultura familiar*, aponta em um de seus cinco princípios o de promover processos educativos permanentes, de acordo com enfoque sistêmico, construtivista e dialético;

- o grupo gestor estadual ter observado uma gama de experiências nas políticas públicas do estado de São Paulo junto aos agricultores familiares, com enfoques sistêmicos e construtivistas, porém muito poucas que se pudesse afirmar num enfoque verdadeiramente dialético, que contribuísse para a construção de uma consciência crítica e emancipatória dos agricultores familiares;

- a Educação Popular na perspectiva freiriana consistir numa proposta, além de técnica, político-pedagógica, no sentido de uma ação coletiva, transformadora, ativa e francamente humanizadora, que atinge e mesmo ultrapassa as metas de uma educação permanente;

- que na Educação Popular freiriana, as pessoas que chegam para aprender ou aperfeiçoar uma técnica acabam aprendendo a ler, crítica e criativamente, o seu próprio mundo e sua própria vida. Elas aprendem ainda a compreender que devem saltar da mera informação que capacita e instrumentaliza em direção ao conhecimento. A um conhecimento que acrescenta à mera informação o dado essencial da reflexão sobre o que se aprendeu a conhecer. E, mais além, elas devem ser convocadas a saltarem do conhecimento ao saber. Isto é, daquilo que se aprende a conhecer, como uma "posse" individual, ao saber solidário que flui com e entre todos.

4.4 CONTINUAR E REINVENTAR O LEGADO DE PAULO FREIRE NOS TRABALHOS DE ATER

> Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aquele que se julga não saber; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (Paulo Freire, 1977, p. 36).

A referida opção pela Educação Popular na perspectiva freiriana, colocada como um dos pilares desse processo de desenvolvimento, reconstrução e renovação dos trabalhos de Ater, tem dois sentidos importantes que devem ser ressaltados. Um deles é compreender e apreender a perspectiva freiriana – portanto, sua intencionalidade política, seus princípios, valores e sua metodologia prática – como

fundamento estratégico para a consolidação de uma nova orientação dos trabalhos de Ater e também como elo com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

Desta forma, a perspectiva freiriana não se encontra apenas como referência teórico-metodológica, mas também como elemento orgânico, atuante e orientador desse processo de potencialização dos trabalhos de Ater, a partir de novos enfoques, referências e posturas profissionais.

O outro ponto que deve ser ressaltado diz respeito ao momento histórico que esse projeto marca. Retomar o legado de Paulo Freire no interior da agricultura familiar e da extensão rural, como um dos eixos preponderantes dessa nova etapa que se desenvolve nos trabalhos de Ater, nos remete às profundas e valorosas contribuições publicadas na obra *Extensão ou Comunicação*, que influenciou diversos grupos ligados à Ater durante a década de 1980 e que hoje é retomada.

Continuar o legado se deve ao fato de que, mesmo com as mudanças estruturais e conjunturais que a agricultura familiar passou nas últimas décadas no Brasil e consequentemente a extensão rural, podemos observar a permanência de certos traços problemáticos na relação "extensionista-agricultor", traços esses que foram objetos de reflexão e de intervenção de Paulo Freire.

Percebe-se, ainda hoje, contradições na prática extensionista. Mesmo aqueles que se apropriaram ou aceitaram que o trabalho de Ater é fundamentalmente um trabalho educativo, por vezes, reproduzem a contradição de entender sua tarefa, como educador, como sendo a de persuadir e convencer os agricultores familiares a aceitar suas técnicas e prescrições. Essa prática alimenta uma concepção de educação e de relações humanas de imposição e domesticação, pois parte do princípio de que o "outro que não tem conhecimento, deve ser convencido do que é melhor para ele", sendo esse "melhor para ele" decretado por outra pessoa. Desta forma, o agricultor não é sujeito do processo, e sim receptor de conteúdos que devem ser acatados. Sem dúvida, a maioria absoluta dos profissionais que ainda estão imersos nesse tipo de prática trabalha com dedicação

e com as melhores intenções; não se trata aqui de um julgamento moral. Essas práticas estão profundamente enraizadas na extensão rural, pois formaram o *modus operandi* dominante durante décadas. O contraponto a essas práticas é ainda pouco (re)conhecido e/ou percebido por uma grande parcela desses profissionais.

Outro aspecto ainda muito presente atualmente, e que já aparecia nas contribuições de Paulo Freire, é a ênfase no tecnicismo e na produtividade, em detrimento das relações humanas, da valorização da cultura, da reflexão e da construção coletiva dos conhecimentos. O processo educativo se apresenta como reprodução de procedimentos técnicos para uma maior produtividade, invertendo o sentido da educação: a técnica deixa de ser um instrumento para o fortalecimento da cidadania dos sujeitos e passa a ser um fim em si mesmo.

> Não podem fazer capacitação técnica por ela mesma, nem tampouco como um mero e exclusivo instrumento de aumento da produção, que é, sem sombra de dúvida, indispensável. Simultaneamente com a melhor instrumentação para o aumento da produção, que é um fenômeno social, a capacitação técnica deve constituir-se, como processo que é, em objeto da reflexão dos camponeses. Reflexão que os faça descobrir todo conjunto de relações em que se acha envolvida a sua capacitação (Paulo Freire, 1977, p. 92).

É pela presença ainda marcante desses fatores no cenário dos trabalhos de assistência técnica e extensão rural, que já haviam sido evidenciados e submetidos à profunda reflexão de Paulo Freire décadas atrás, que reinventar o legado freiriano se faz ação coerente e necessária para a promoção dessa “nova Ater”.

Ao utilizar esta expressão “nova Ater”, é importante ressaltar que a construção de novos princípios, orientações e posturas profissionais não significa absolutamente descartar tudo que já foi construído e o grande acúmulo existente na extensão rural. Na verdade, muito pelo contrário, significa se desdobrar sobre o que já foi construído e submeter tudo a uma reflexão crítica e, a partir disso, ressignificar essas práticas à luz dessas novas orientações

e referências. E claro, nesse processo, também construir novos instrumentos e novos procedimentos. Segundo Paulo Freire (1977) a cultura e a educação só perduram no jogo contraditório da permanência e da mudança.

Reinventá-lo significa relacionar os princípios, a intencionalidade e a metodologia da Educação Popular freiriana com as novas conjunturas do meio rural, com os novos e diferentes perfis da população rural, principalmente a juventude, e também com as novas técnicas e formas de produção.

Essa relação passa, fundamentalmente, por uma escolha política e ética. Essa escolha pressupõe a valorização dos saberes e da cultura dos agricultores familiares, a defesa e promoção dos direitos e da autonomia dos mesmos, o desenvolvimento de processos cada vez mais democráticos e participativos, isto é, que todos os atores envolvidos com Ater tenham poder de opinião e decisão.

E o caráter pedagógico, intrínseco aos trabalhos de Ater, exige, na perspectiva freiriana, que o ato educativo seja encarado e exercido como ato de reflexão crítica sobre a realidade das pessoas, reflexão que é alimento para o fortalecimento da cidadania e mobilização dos agricultores familiares. Exige tratar todos como sujeitos e não como objetos. Exige também compreender a educação como construção coletiva e não como ato mecânico de depósito de informações.

O saber técnico e o saber pedagógico se comungam como instrumentos especiais para a promoção e desenvolvimento da dignidade e melhora da qualidade de vida da população rural e para abrir os caminhos para a emancipação dos sujeitos.

4.5 O CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES DE PESQUISA E ATER EM EDUCAÇÃO POPULAR

O processo de seleção dos participantes seguiu o princípio da interinstitucionalidade, com um grupo de trinta participantes, formado por estudantes dos cursos da pedagogia da alternância

das escolas técnicas agrícolas, agricultores familiares das unidades demonstrativas do projeto, extensionistas locais, pesquisadores locais e agentes de Ater dos sindicatos de agricultores familiares.

> A assistência técnica, na qual se pratica a capacitação, para ser verdadeira, só pode realizar-se na práxis. Na ação e na reflexão. Na compreensão crítica das implicações da própria técnica (Paulo Freire, 1977, p. 89).

No estado de São Paulo, bem como no restante do País, o segmento da agricultura familiar conquistou, por meio de suas lutas, o reconhecimento social (ainda que pequeno) de sua importância para o desenvolvimento sustentável da sociedade paulista. Isto se comprova nos discursos das organizações governamentais, não governamentais e dos movimentos sociais do Estado e nas próprias políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura. As instituições de pesquisa e de extensão rural oficiais são os principais instrumentos de Estado para a implementação destas políticas que visam contribuir, por meio de ofertas de tecnologias apropriadas e da organização da produção e do conhecimento, para a promoção deste desenvolvimento.

No entanto, as políticas de pesquisa e extensão rural voltadas para a agricultura familiar ou não têm conseguido chegar a estes agricultores ou chegam de forma pontual, por meio de programas e projetos que os alcançam inadequadamente ou de forma desarticulada.

Estas discussões, em meados do primeiro semestre de 2009, culminaram na parceria entre Embrapa e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Cati/SAA/SP) e a Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (Apta/SAA/SP) – órgãos oficiais de extensão rural e pesquisa da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo –, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) e com a Federação da Agricultura Familiar (FAF), no sentido de implementar as ações do *Programa Mais Alimentos – tecnologias apropriadas, pesquisa, extensão rural e agricultura familiar*, como estratégia para colocar em prática um

novo modelo de pesquisa e extensão rural que permita aos agricultores familiares do estado se apropriarem do conhecimento e das tecnologias, contribuindo assim para a sua emancipação.

Dessa maneira, concluiu-se que um instrumento estratégico para fomentar esse processo de maneira efetiva é a realização de formação e acompanhamento político-pedagógico-técnico, pautados por novos enfoques teóricos, metodológicos e práticos, em convergência com essas perspectivas e necessidades da agricultura familiar, à luz dos princípios e diretrizes da Pnater. Dessa maneira, chegamos ao diálogo estreito com a Educação Popular na perspectiva freiriana.

O grande objetivo dessa empreitada é construir uma rede de pesquisa e Ater estadual e local, com base nos princípios da Pnater e da Educação Popular, para garantir a oferta permanente e contínua de tecnologias apropriadas para os produtos da agricultura familiar do estado por meio de serviços de Ater, que sejam presentes e atuantes de forma permanente, de modo a atender a demanda desses agricultores, com princípios de solidariedade e justiça social, e nesse processo fortalecer as possibilidades de organização e atuação dos agricultores familiares.

O ponto fundamental para a realização desse processo de formação é a análise, já comentada neste documento, de que o trabalho de pesquisa e extensão rural não chega, ou chega de maneira inadequada aos agricultores familiares. Entende-se que a agricultura familiar tem uma realidade, necessidades e interesses específicos, não podendo seguir modelos de disponibilização de tecnologias pautados por outros sistemas agrícolas hegemônicos, através da imposição de "pacotes prontos" aos agricultores familiares, como já explicita a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

Reafirmamos que outro elemento fundamental para a realização desse processo de formação é o entendimento de que o trabalho de pesquisa, assistência técnica e extensão rural devem ser encarados como trabalho educativo – que envolve valores, práticas e metodologias diferenciadas – e não apenas como transferência e recepção de tecnologias. Nesse contexto, concluiu-se que a Educação Popular na perspectiva freiriana é um grande instrumento para potencializar

as possibilidades de efetivação da Pnater e para a (re)construção de novos princípios e práticas nos trabalhos de Ater, assim como para fortalecer a organização e mobilização dos agricultores familiares.

A Educação Popular pode ser definida, de maneira sintética e objetiva, como um conjunto de princípios e práticas político-pedagógicas que visam desenvolver e fortalecer a capacidade de organização, mobilização e intervenção das classes populares, isto é, dos grupos sociais mais atingidos pelas desigualdades, injustiças e explorações do sistema político-econômico vigente.

O trabalho desenvolvido nessa formação teve como foco a reflexão político-pedagógica e a construção de um plano de ação para o fomento de novas práticas e princípios à Ater local. É importante, portanto, destacar alguns desses fundamentos que permearam todo o processo:

- Os envolvidos devem ter participação plena no processo de formação, ouvindo, opinando e decidindo. Os educandos não são vistos como objetos ou receptáculos de informações, mas sim como sujeitos do processo que vão construindo sua autonomia.

- O conhecimento e a disciplina são construídos de maneira coletiva. Isso significa que os conteúdos, princípios, práticas e informações trabalhados não são impostos e/ou transferidos para os educandos, são construídos com eles, no sentido de que só são efetivamente apropriados quando identificados com suas vidas. Assim, o ponto de partida é a visão que os próprios educandos têm da sua situação de vida, no sentido de desvelar os diversos níveis de compreensão que os educandos têm da sua própria realidade. Compreender esses níveis é o primeiro caminho para inserir a realidade imediata, a visão de mundo local a totalidades mais abrangentes, na perspectiva de desenvolver a consciência crítica e postura politizada dos envolvidos nos processos de formação.

- A valorização dos saberes e conhecimentos de todos

os envolvidos é elemento essencial dessa metodologia. Respeitar, mas problematizar, se for preciso, hábitos e valores também faz parte dessa dinâmica.

- Compromisso com o estudo contínuo, aprofundado e crítico é postura necessária, valorizada e estimulada.

- Solidariedade, cooperação, unidade na diversidade, coerência entre discurso e prática e engajamento na defesa da justiça social, na causa e necessidades dos oprimidos e contra a desigualdade são condutas fomentadas e que formam a intencionalidade das ações.

- Respeito, afetividade, dialogicidade e indignação com as injustiças são os princípios éticos que permeiam todas as ações.

- Teoria e prática são dois elementos de uma mesma unidade. Leitura e análise crítica da realidade, organização, mobilização e compromisso com a transformação da realidade opressora são os princípios políticos que permeiam todas as ações.

É muito importante ressaltar a rica experiência que esse processo de formação possibilitou para todos os envolvidos, com o fortalecimento de valores como respeito, diálogo, carinho, amizade, solidariedade e a consolidação de novos parceiros e companheiros. Essa experiência desencadeou um processo de estímulo para o desenvolvimento de novas práticas e ressignificação de visões de mundo e princípios, como também a construção de um olhar mais crítico e politizado sobre a realidade na qual estamos inseridos.

Outro ponto muito significativo foi a constatação, feita por todos, de que a falta de espaços de interação entre as pessoas envolvidas com assistência técnica, pesquisa e extensão rural, no qual possam expressar suas opiniões, debater e refletir ideias, problemas, necessidades e posicionamentos e pensar coletivamente ações

– de maneira horizontal, igualitária, respeitosa e solidária – afeta diretamente o desenvolvimento positivo do trabalho de pesquisa e extensão, pois não cria laços sólidos e verdadeiros entre os agentes de Ater e os agricultores familiares.

O processo de formação favoreceu a consolidação de um grupo de agentes de Ater local que possa reconstruir os trabalhos de Ater tendo como base os princípios e práticas da Educação Popular e da Pnater. O fortalecimento das parcerias institucionais também é um ponto a ser destacado e entendido como bastante positivo e importante.

Essa vivência fortaleceu a noção de que esses agentes não são apenas os técnicos, mas sim todos aqueles que de alguma forma compartilham e procuram desenvolver esses princípios. Mais do que isso, tornou possível a apropriação, a participação efetiva dos agricultores familiares e dos estudantes, filhos de agricultores, que são a base da agricultura familiar. Os agricultores não podem ser elementos passivos desses trabalhos, pelo contrário, devem ser sujeitos ativos, proponentes e protagonistas do desenvolvimento da agricultura familiar, que vise promover a justiça social, a solidariedade e o combate às desigualdades.

4.6 AS OFICINAS DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR

No segundo semestre de 2009, constituiu-se uma equipe estadual de formação, integrada pela comissão técnica de formação do Programa Mais Alimentos/SP e representantes do Instituto Paulo Freire, para a elaboração do projeto de formação. Definiu-se pela realização de um curso em quatro módulos para cada uma das duas regiões de atuação do Programa Mais Alimentos, na forma de oficinas.

O processo de formação foi organizado em duas etapas. Na primeira, o processo foi dividido em três módulos, que aconteceram entre abril e junho de 2010. A segunda etapa – o quarto módulo – ocorreu entre outubro e novembro de 2010. Em cada módulo foi trabalhado um conjunto de conteúdos, temas, exercícios e reflexões que se complementavam para que os participantes pudessem,

ao final da etapa, ter um acúmulo de conhecimentos e saberes, destacando estes:

- os pressupostos da Educação Popular na perspectiva freiriana, seus princípios, intencionalidade e metodologia;
- a relação entre os pressupostos da Educação Popular, Pnater e as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS);
- a leitura crítica sobre a realidade, entendendo a relação entre a realidade local e a conjuntura global, fazendo um levantamento dos principais problemas e visões de mundo dos participantes e refletindo como a conjuntura do País e do mundo refletem sobre a realidade local;
- a construção de um plano de trabalho (projeto de intervenção), elaborado coletivamente por meio de metodologia participativa, no qual se explicita a intencionalidade e perspectiva política, pedagógica e técnica do grupo, revelando como o processo de formação contribuiu na edificação dessas novas perspectivas;
- fundamentos básicos sobre o que é e como se relacionam: Estado, governo e movimentos sociais;
- a construção de princípios de identidade do grupo dentro das novas perspectivas do profissional de Ater.

A metodologia utilizada enfatizou e valorizou o diálogo orientador e comprometido, o estímulo à fala e exposição de ideias por todos os envolvidos, a exposição dialogada dos conteúdos, atividades lúdicas de descontração e reflexão, leitura, debate e reflexão de textos, trabalho em grupos para debate e produção textual, socialização dos trabalhos em grupos e encaminhamentos coletivos.

A partir daí, passamos a fazer as primeiras reflexões: a necessidade de entender o trabalho de pesquisa e extensão rural como um trabalho educativo, assim como que tipo de concepção político-pedagógica está sendo realizado, e se está sendo estabelecido um processo de construção ou de imposição de valores e práticas.

Essas primeiras reflexões foram sobre os pressupostos básicos da Educação Popular, que reconhece os conhecimentos informais e saberes práticos dos agricultores, aproximando esses dois mundos – a técnica e o conhecimento popular –, trabalhando em conjunto, sem imposições.

O primeiro passo: refletir e entender as concepções e disputas políticas da nossa sociedade, como, por que, para que e para quem educar. A Educação Popular tem uma perspectiva, a partir da obra de Paulo Freire, de construção da consciência crítica e engajamento coerente na luta pelos direitos dos grupos sociais explorados e oprimidos. A reflexão que permeou todo o processo de formação foi sobre o que é feito com e pelos pesquisadores e técnicos de Ater – se estão desenvolvendo as tecnologias e conhecimentos com os agricultores familiares, respeitando seus valores e conhecimentos, para transformar a realidade, ou simplesmente fazer com que as pessoas se encaixem num tipo de produção que atende interesses econômicos e políticos contrários aos trabalhadores rurais.

A partir desses princípios, como podemos pensar a realidade local, as esferas econômicas, sociais, culturais e como isso se relaciona com a Ater local. E com isso refletir de maneira crítica, analisando problemas e necessidades, a fim de construir coletivamente ações comuns para superação das contradições e problemas identificados.

Seguem os temas e conteúdos trabalhados em cada módulo:

Módulo I

No primeiro módulo de formação foram trabalhados a introdução ao pensamento de Paulo Freire e os pressupostos básicos da Educação Popular – princípios, metodologias, intencionalidade política e práticas pedagógicas.

legenda aqui

As principais temáticas desenvolvidas foram as concepções de educação e a concepção dialética de educação, a vida e obra de Paulo Freire, como forma de contextualizar o pensamento desse educador com sua trajetória de vida e os fundamentos da *Pedagogia do Oprimido* e, a partir disso, as principais categorias freirianas, a saber: Leitura do Mundo, Temas Geradores, Círculo de Cultura, Dialogicidade, Intencionalidade do Ato Educativo e Concepção Dialética de Educação.

Os procedimentos pedagógicos privilegiam o fazer coletivo e a capacidade de organização grupal, a problematização e a teorização a partir da prática e da realidade vivida, e a reflexão crítica, possibilitando ao educando posicionar-se como sujeito do conhecimento e transformador da realidade.

A reflexão feita percorreu o caminho de distinguir os pressupostos de cada uma dessas concepções, explicitando o caráter impositivo, alienador e de concepção bancária das concepções tradicionais e técnico-burocráticas, que são pautadas pela relação sujeito-objeto, no qual o mestre é o sujeito e os educandos o objeto. O caráter aparentemente autônomo da concepção liberal mascara seus objetivos de manter e reproduzir as relações sociais de desigualdade, verticais, de competição e, consequentemente, de opressão, o que gera alienação. E enfatizar a concepção dialética, como instrumento de construção efetiva da autonomia dos sujeitos, pautada por uma compreensão coletiva de construção do conhecimento e de procura dos meios para superação da realidade opressora.

Esse exercício sobre as concepções de educação teve como objetivos centrais fazer um debate e reflexão acerca do conceito de educação, e identificar como são as diversas concepções em disputa e quais princípios, metodologias, práticas e intencionalidades

político-pedagógicas de cada uma delas. A partir disso, relacionar a concepção dialética com os pressupostos da Educação Popular e também relacionar essas concepções com os serviços de Ater – sobre quais concepções de educação as práticas de Ater mais se aproximam ou se distanciam e como a concepção dialética pode ter relação mais estreita com os trabalhos da extensão rural, e desta maneira ser também mais estreita e coerente com as diretrizes da Pnater.

Leitura do Mundo

Leitura do Mundo é o conceito que designa o instrumento metodológico de construção e aprofundamento da consciência crítica dos sujeitos envolvidos nos processos educativos – tanto educandos quanto educadores.

A maior parte das pessoas tende a enxergar apenas a parte do problema local, aquilo que diz respeito aos efeitos, e não conseguem enxergar o todo, as causas, as estruturas sociais que determinam a vida local e particular.

Daí a tarefa do educador de convidar e estimular os educandos a ler o mundo, a enxergá-lo sob uma ótica global, fazer com que entendam que os problemas do cotidiano têm relação com uma estrutura geral, com um modo político-econômico e cultural de organizar e reproduzir a sociedade, que condiciona a vida das pessoas.

Assim, a Leitura do Mundo visa possibilitar que os sujeitos tenham compreensão e apreensão cada vez mais profunda e crítica da sua situação no mundo e da situação do mundo – relacionando a visão particular e a visão do todo, a relação entre o local e o global, entre o micro e o macro.

Temas geradores

São os temas da realidade cotidiana dos trabalhadores, que têm maior significado, maior importância em relação aos problemas, limitações e enfrentamentos de suas vidas.

É a partir dos temas geradores que o educador pode ter um diagnóstico do nível de consciência que os educandos têm sobre sua realidade social. É também por meio desses temas significativos da vida dos sujeitos que se dá o ponto de partida para o processo educativo: a partir da realidade de vida, como as pessoas enxergam, sentem e compreendem sua realidade é que se abrem as portas para a problematização e construção (e aprofundamento) da consciência crítica e postura politizada, relacionando os temas geradores com outras questões fundamentais da realidade, das quais os educandos ainda não têm plena compreensão.

A Leitura do Mundo é desenvolvida através do levantamento, reflexão e inserção desses temas com as totalidades mais abrangentes da realidade.

Círculo de Cultura

Espaços de integração, reflexão e formação política e cidadã com os grupos populares, nos quais são desenvolvidos temáticas e conteúdos da realidade político-social dos envolvidos, a fim de potencializar suas capacidades de compreensão, organização, mobilização e de atuação na luta pelos seus direitos e de transformação da realidade. É pautado pelo diálogo comprometido e orientador, pela afetividade e pelo compromisso com a causa que está sendo construída.

Dialogicidade

Elemento fundamental para a construção da consciência crítica e comunhão entre os seres humanos. É por meio do diálogo que os seres humanos pronunciam o mundo e se manifestam nele. A dialogicidade é o diálogo intencionalmente comprometido com as necessidades e interesses das classes populares, construído através da responsabilidade, afetividade e de caráter orientador e facilitador para que os educandos possam construir os caminhos para superação de seus problemas e limitações e ter compreensão mais profunda e crítica da realidade em que estão inseridos.

Intencionalidade do Ato Educativo

No curso de formação, foram trabalhadas as concepções de educação, visto que o trabalho de Ater é concebido fundamentalmente como um trabalho educativo. A noção desenvolvida na formação foi da educação enquanto fenômeno de apropriação de valores culturais historicamente constituídos, portanto, determinada por valores ideológicos. A atividade inicial foi de levantar com o grupo o que entendem quando dizemos a palavra educação. A partir da fala dos participantes, chegamos à compreensão de educação enquanto fenômeno de apropriação cultural, própria à construção social, ou seja, inerente à própria sociedade. Nessa perspectiva, entendemos inicialmente a existência de uma educação espontânea, isto é, aquela que se dá em todas as relações sociais e em todos os espaços sociais. Em uma segunda acepção, diferente da primeira, entendemos a educação de maneira especializada, atendendo a interesses sociais e políticos

momentâneos, desenvolvendo-se fundamentalmente no espaço da escola, tanto para as crianças como para os adultos em cursos técnicos e universidades. Neste caso, a educação ganha uma especialidade, expressando-se por meio de concepções de metodologia, propostas de realização, pedagogias de ensino etc. Mas, em ambos os casos, o que há de mais fundamental é o entendimento de que o processo de educação é um processo de transmissão de valores ideológicos e, desse modo, não existe neutralidade na educação. A história das concepções de educação é a história da apropriação ideológica da educação de acordo com o interesse de diversos grupos, sobretudo das classes dominantes.

Concepção Dialética de Educação

Educação Dialética é aquela que se reconhece como ato político e libertador, portanto, voltada para a realidade vivida pelas pessoas e a compreensão de sua realidade e de sua história, para a construção dos meios necessários para superação de suas limitações e problemas. Valoriza a visão crítica da realidade, visando impulsionar a ação transformadora. O educando é situado como sujeito, agente do processo histórico. A pedagogia dialética valoriza a busca e a construção coletiva do conhecimento comprometido com a transformação das relações de opressão e de desigualdade. Questiona reduzir a aprendizagem ao que é apenas "gostoso", mas ainda assim resgata o lúdico e a afetividade. Aponta os caminhos do conhecimento por meio de relações baseadas nos princípios da democratização e da dialogicidade, negando o autoritarismo (das concepções tradicional e técnico-burocrática) e o espontaneísmo (da concepção liberal).

Módulo II

O segundo módulo da formação foi desenvolvido a partir das categorias da Educação Popular e da obra de Paulo Freire trabalhadas no primeiro módulo, numa análise e reflexão mais específicas sobre a realidade local, relacionando-a com a conjuntura atual. Dessa análise, foram identificados os maiores problemas e potencialidades dessa realidade, para que esse diagnóstico sirva de base para a construção do projeto de intervenção desenvolvido no módulo III, focando na relação da pesquisa e extensão com os agricultores familiares.

Primeiramente foi feita uma retomada de alguns pontos trabalhados no módulo I. A partir de um levantamento dos pontos mais significativos com os participantes, resgatamos o tripé: Leitura de Mundo, Temas Geradores e Círculo de Cultura, como instrumentos fundamentais da proposta pedagógica da Educação Popular na perspectiva freiriana. Reforçando que tais instrumentos metodológicos não são meras técnicas pedagógicas, mas são caminhos para expressar a intencionalidade política da Educação Popular, passamos à reflexão sobre a Pnater, por meio da leitura e reflexão do seu histórico, diretrizes, princípios, missão e objetivos.

Desta maneira, a partir dos temas e conteúdos trabalhados no módulo I, somados às reflexões e leitura do documento da Pnater, trabalhamos as seguintes questões:

- Quais são os principais problemas/obstáculos para implementar os princípios e diretrizes da Pnater?

- Quais são as possibilidades para a sua implementação?

- Qual a relação da Pnater com os princípios da Educação Popular vistos no módulo I?

TERCEIRO MÓDULO DA FORMAÇÃO. ANDRADINA, 2010.

Módulo III

No terceiro e último módulo dessa primeira etapa de formação, foi elaborado o plano de trabalho, que será a ferramenta de organização para o trabalho de intervenção a ser realizado, tendo como conteúdo os pontos levantados na formação.

O foco desses projetos de intervenção local é propor e desenvolver novas práticas de Ater, pautadas nos princípios, metodologias e posturas construídas na formação, tendo como base fundamental os pressupostos da Educação Popular e os princípios e diretrizes da Pnater.

A partir do debate, análise e reflexão sobre as causas e consequências dos principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares e pelos profissionais de Ater, foi elaborada uma série de objetivos e estratégias para impulsionar o desenvolvimento da Ater local, comprometida com a valorização da cultura popular e o fortalecimento da agricultura familiar a partir das suas próprias características e com a construção efetiva da cidadania dos trabalhadores rurais, a partir da conscientização e politização dos sujeitos.

É importante registrar que, tanto a análise dos problemas da agricultura familiar e da extensão rural, suas causas e consequências, as necessidades e possibilidades, quanto as propostas de intervenção elaboradas foram convergentes nos dois territórios trabalhados, mostrando não só uma coerência no trabalho desenvolvido, mas também um indicativo de análise estrutural sobre a realidade da agricultura familiar e da extensão rural no estado de São Paulo, e que, evidentemente, se relaciona com a realidade nacional. Também traz à tona pontos

estratégicos a serem desenvolvidos para estimular a organização e mobilização dos agricultores familiares e dos profissionais de Ater.

Módulo IV

No módulo que fechou o ciclo de formação do ano de 2010, foi feito, num primeiro momento, o resgate dos pontos principais trabalhados na primeira etapa de formação para então avançar na reflexão de pontos e conteúdos importantes.

A partir disso, foram desenvolvidos conteúdos teóricos que possibilitaram uma maior compreensão da estrutura da nossa sociedade e do local ocupado pela Ater e pela agricultura familiar nessa estrutura.

Inicialmente foi feita uma reflexão e exercício sobre as diferenças entre Estado e governo, assim como um diálogo básico sobre as formas mais gerais que os governos normalmente podem assumir.

Nesse momento, foi feita uma definição conceitual básica do Estado como estrutura política permanente, caracterizada por: um corpo de leis, principalmente a Constituição de uma nação, como base da cidadania; o poder soberano sobre um território nacional; uma máquina burocrática; um conjunto de equipamentos e bens públicos; o monopólio do uso legítimo da violência/coerção. Dessa conceituação, caracterizamos as formas de governo e seus mais importantes princípios e elementos: governo democrático, autoritário, social-democrata e socialista.

Com esses elementos, pudemos avançar para uma reflexão mais clara e aprofundada sobre o que são as políticas públicas e como a Ater oficial, isto é, pública, se relaciona nesse processo, o que possibilitou construir os primeiros indicativos da identidade do agente de Ater como um agente público, não no sentido restrito de funcionário de governo, mas no mais abrangente, do agente que intervém e lida diretamente com assuntos, temas e processos de foro público e de qualidade de vida da população rural.

Depois desse momento, foi feita uma reflexão sobre o que é e qual o papel dos movimentos sociais, destacando o sentido de organização, disciplina e mobilização por causas e objetivos coletivamente estabelecidos, que se referem à luta por direitos e por igualdade de condições.

TERCEIRO MÓDULO DA FORMAÇÃO. ITAPEVA, 2010.

A segunda parte deste módulo de formação foi dedicada para esmiuçar o plano de intervenção construído na primeira etapa de formação (1º semestre de 2010), no qual todos os envolvidos – técnicos extensionistas, agricultores familiares, estudantes e professores – revisaram as metas propostas e detalharam os passos a serem percorridos para se alcançar os objetivos estabelecidos.

Além disso, foi dedicada atenção especial a um elemento primordial desse processo: a identidade do agente de Ater.

4.7 PRINCIPAIS PROBLEMAS PARA IMPLEMENTAR A PNATER

A partir da reflexão acima, destacamos os seguintes pontos levantados pelos participantes:

- número insuficiente de técnicos extensionistas;
- deficiência de postura político-pedagógica: boa parte dos extensionistas estão preparados para o agronegócio e não para a agricultura familiar, técnica e ideologicamente;
- técnicos extensionistas não dialógicos e não comprometidos com a agricultura familiar;
- técnicos extensionistas sofrem com a falta de autonomia, pressões políticas e alta rotatividade;

- agricultores familiares: pouca organização, pouca iniciativa e liderança, desconfiança com os técnicos extensionistas, competitividade entre os próprios agricultores familiares;

- dificuldades dos agricultores familiares em se organizar, pensar e agir coletivamente nas soluções dos seus problemas;

- as instituições de Ater não conseguem atender as demandas dos diferentes grupos;

- políticas diferentes entre as esferas federal e estadual;

- insuficiência de locais para comercializar os produtos agropecuários dos agricultores familiares;

- insuficiência de recursos para os agricultores familiares: transporte, financiamentos, falta de recursos para acessar novas tecnologias.

4.8 POSSIBILIDADES E NECESSIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PNATER

- Trabalho contínuo de formação com os técnicos extensionistas, incluindo momentos de integração e de formação conjunta com os agricultores familiares.

- Formação político-pedagógico-cidadã em Educação Popular, para todos os atores envolvidos na agricultura familiar.

- Identificar causas e necessidades comuns que possam promover a mobilização de todos nessas demandas; a agricultura familiar ser valorizada e entendida como potência.

- A Ater ser compreendida e apreendida como trabalho

político-educativo e técnico, para fortalecimento cultural, econômico, ambiental e social da agricultura familiar, e não como instrumento assistencialista e de imposição de modelos produtivos.

- Fomentar e desenvolver a constituição de grupos organizados de agricultores familiares.

- Aproximação de organizações governamentais, não governamentais e movimentos sociais que trabalham com agricultura familiar.

4.9 RELAÇÃO EDUCAÇÃO POPULAR E PNATER

Registramos aqui os principais argumentos levantados pelos participantes do curso de formação sobre a relação entre Educação Popular e Pnater:

- Os princípios e diretrizes da Pnater têm grande relação com a Educação Popular, porque têm como principal objetivo fortalecer os agricultores familiares, que são aqueles que mais sofrem com as desigualdades no campo. Sem consciência crítica não há como defender alguma posição e de fato lutar pelos nossos direitos.

- Ambas falam da necessidade de realizar trabalhos educativos para conscientização e organização do povo. A Educação Popular vai mais além, pois fala também de transformar a sociedade, que é injusta e desigual. Mas no campo, no meio rural, para os agricultores familiares, é importante juntar a Pnater e a Educação Popular.

- Tanto a Pnater quanto a Educação Popular defendem princípios semelhantes. A Pnater foca na agricultura familiar, e a Educação Popular trata da sociedade como um todo, e

nas classes populares. Mas entendendo o grupo popular como sendo os agricultores familiares, podemos perceber a ligação entre o que defendem.

Este trabalho possibilitou uma rica e profunda reflexão sobre a realidade da agricultura familiar, tanto localmente como em sua relação com os modelos agrícolas do País. Também foi possível perceber que os diferentes grupos que compõem o universo da agricultura familiar – técnicos extensionistas, agricultores, estudantes, coordenadores e articuladores das instituições de Ater –, que muitas vezes não dialogam, podem identificar muitos pontos em comum na análise dos problemas, causas, necessidades e propostas de superação e organização.

4.10 CONSTRUINDO A IDENTIDADE DO GRUPO DE AGENTES DE ATER LOCAL

> A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores, que buscam a significação dos significados (Paulo Freire, 1977, p. 69).

Para que os princípios, valores e a nova postura profissional dos trabalhos de Ater se manifestem de maneira efetiva, o passo fundamental é que os atores envolvidos se reconheçam como protagonistas dessa ação. Isso significa que a apropriação não é somente técnica e teórica, mas principalmente que os profissionais enxerguem a possibilidade concreta da realização dessas novas práticas e que se reconheçam como agentes desse processo.

Dessa maneira, a construção desse movimento no universo da Ater é também a construção da identidade desse agente que atuará em sua localidade. Identidade essa que deve compartilhar de princípios, valores e posturas estruturais, no sentido de que deve valer para todos aqueles que assumem defender essa perspectiva, e também

de elementos particulares, específicos, que dizem respeito à cultura e realidade da localidade em que o agente atua.

O sentido foi de construir uma base inicial de elementos convergentes que caracterizassem uma identidade profissional e política dos agentes de Ater, e assim dar os primeiros passos na coesão do grupo local que irá desenvolver esses novos processos de Ater em suas comunidades.

Uma expressão que afirma muito bem essa busca de uma identidade coletiva é "unidade na diversidade", isto é, dentro da diversidade de pessoas, valores, históricos de vida e profissionais, desejos e ambições, capacidades e afinidades que encontramos num grupo de pessoas, encontrar também os pontos convergentes, os traços e elementos comuns a todos, e com isso também as perspectivas, necessidades e motivações semelhantes.

A partir do levantamento das necessidades objetivas, isto é, dos temas geradores e das situações-problema que precisam ser superadas da realidade local dentro do universo da agricultura familiar e sua relação com a assistência técnica e extensão rural, conseguimos aprofundar a reflexão e chegar também nas questões subjetivas que dialogam com essas necessidades, quais são as práticas, as posturas, os desejos e intenções que esse grupo de agentes de Ater identificam como fundamentais para alavancar essas novas práticas e para a construção de novas relações entre todos os atores envolvidos com a agricultura familiar.
Destacamos esses pontos construídos nas oficinas de formação:

- A relação entre agricultores e profissionais de Ater deve ser baseada em laços de amizade e solidariedade, na qual a dimensão técnica deve ser associada e não ser a única via de relação.

- Isso significa que o profissional de Ater precisa ter uma relação orgânica, estreita com os agricultores familiares, se identificar com eles, para que a relação seja baseada em princípios verdadeiros.

- O profissional de Ater deve se preparar e se capacitar para ter dimensão holística de seu trabalho, ou seja, ter capacidade de enxergar e dialogar com o todo do universo da agricultura familiar e não apenas no aspecto técnico do especialista; isto é, entender e se apropriar das dimensões culturais, políticas, históricas, sociológicas e pedagógicas. Dessa maneira, a formação continuada – o estudo e capacitação desses profissionais – deve ser permanente e abranger outros campos do conhecimento, para além da sua especialidade.

- A formação técnica deve, portanto, estar ancorada num compromisso político e humano com as necessidades, direitos e interesses dos agricultores familiares, visando à melhora da qualidade de vida e fortalecimento da cidadania.

- Isso não significa que a capacitação técnica é secundária; pelo contrário, o profissional de Ater deve estar plenamente qualificado tecnicamente e deve ter disciplina e rigorosidade em sua formação.

- O profissional de Ater é um educador popular e precisa se capacitar e se aprofundar em teoria, metodologia e nos princípios políticos da Educação Popular.

- O trabalho de Ater deve ser encarado como trabalho educativo, técnico e social, pois trata diretamente de questões ligadas à qualidade de vida, acesso a direitos e formação humana.

4.11 O SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO MAIS ALIMENTOS/SP

Em julho de 2010, cerca de trinta agricultores familiares e estudantes participantes do curso de formação de agentes de pesquisa e Ater locais das duas regiões tiveram a oportunidade de apresentar as suas propostas de desenvolvimento no seminário de apresentação dos resultados do Programa Mais Alimentos em São Paulo.

Para aqueles que acompanharam as atividades de formação, foi uma grande emoção assistir a apresentação dos projetos pelos jovens estudantes e agricultores familiares. Assistir a alegria destes jovens e agricultores em tomar sua palavra e apresentar seu discurso, seu projeto de vida.

Sentíamos que ali podíamos vivenciar o que nos falava Paulo Freire sobre a educação libertadora: vivenciar a cumplicidade do educador e educando; vivenciar a relação dialética ensino-aprendizagem, onde quem ensina aprende e quem aprende ensina; e principalmente vivenciar a amorosidade que permeia o processo educativo.

Sentíamos ainda uma mistura de orgulho, felicidade e gratidão por ter podido participar deste processo e estar ali juntos compartilhando aquele momento único.

Vera Scholze Borges, jornalista do Escritório de Negócios de Campinas da Embrapa Transferência de Tecnologia, resume o Seminário assim:

Seminário reúne integrantes da primeira etapa do Mais Alimentos em São Paulo

O Programa Mais Alimentos – tecnologias apropriadas para a agricultura familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), encerrou no dia 30 de junho, em Valinhos, região metropolitana de Campinas (SP), a

primeira fase de suas ações, reunindo representantes de todas as instituições e segmentos que participaram do Programa no estado em um Seminário.

O evento contou com a presença de Viviam Motta, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Lilian Pohl, coordenadora nacional do Programa Mais Alimentos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); José Luis Fontes, coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati); Elias David de Souza, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado de São Paulo (Fetaesp); Nivaldo de Siqueira Gomes, presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (Faf); Valéria Comitre, assessora da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta/SAA/SP); representantes do Centro Paula Souza (CEETEPS), Instituto Paulo Freire (IPF) e mais oitenta participantes entre técnicos, extensionistas, pesquisadores, agricultores familiares, alunos e professores das Escolas Técnicas Rurais dos municípios participantes do projeto.

Durante o Seminário, técnicos, extensionistas, pesquisadores e alunos puderam expor e discutir o resultado dos primeiros passos em direção à construção de uma nova metodologia de extensão rural para os territórios, que permitirá uma integração mais efetiva entre todos os envolvidos na busca de melhorias na produção e permanência das famílias de agricultores no campo, com qualidade de vida.

SEMINÁRIO MAIS ALIMENTOS. VALINHOS, 2010.

Ao todo, foram realizadas 36 ações de transferência de tecnologia no estado, entre oficinas técnicas, unidades de demonstração e dias de campo, incluindo oficinas de formação de agentes de pesquisa e assistência técnica e extensão rural com base na metodologia de Educação Popular, destinadas a jovens agricultores familiares e estudantes das escolas técnicas agrícolas.

Cada um destes eventos se integrou com o objetivo de preparar os técnicos, agricultores familiares e alunos a enfrentarem os problemas que surgirem no desenvolvimento de suas propriedades rurais e principalmente criar um elo de ligação entre eles, a extensão rural oficial e a pesquisa, na busca de soluções tecnológicas para sua produção e para o desenvolvimento local.

A construção do conhecimento foi a metodologia utilizada na interação entre pesquisadores, extensionistas rurais, agricultores familiares e estudantes durante as oficinas do Projeto Mais Alimentos no estado de São Paulo.

As ações do programa Mais Alimentos no estado de São Paulo são frutos da integração entre a Embrapa; Apta/SAA/SP; Cati; Fetaesp; Faf; Centro Paula Souza, que coordena as escolas agrícolas no estado; prefeituras dos municípios participantes (Guaraçaí, Mirandópolis, Guapiara, Itaberá, Itapeva e Ribeirão Branco), dos territórios de Andradina e sudoeste paulista, onde ocorreram as ações do projeto; sindicatos rurais; e Instituto Paulo Freire, responsável pelas oficinas de formação.

4.12 AS APRENDIZAGENS CONSTRUÍDAS

> O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber. E é por isto que todo saber novo se gera num saber que passou a ser velho, o qual, anteriormente, gerando-se num outro saber que também se tornara velho, se havia instalado como saber novo (Paulo Freire, 2002, p. 47).

Esse processo de formação foi um rico e importante caminho de construção de saberes, de troca de experiências e de vivência afetuosa entre as pessoas.

Conjugar os conhecimentos da assistência técnica e da extensão rural com os conhecimentos da Educação Popular trouxe à tona uma gama extraordinária de novos saberes, de novas perspectivas e o reaquecimento da vontade e da esperança de construir algo diferente e melhor. Alimentou sonhos e necessidades compartilhadas, como um grande estímulo à caminhada que se segue.

A formação possibilitou em primeiro lugar esse diálogo estreito entre a formação técnica e a perspectiva político-pedagógica. Esse diálogo construiu uma forma diferenciada de conceber e procurar praticar a Ater: técnica e pedagogia como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento político, humano e social da agricultura familiar.

Nessa linha, as aprendizagens dentro do campo da Educação Popular na perspectiva freiriana permitiram que os participantes ampliassem sua visão e suas possibilidades dentro do seu campo profissional, pois suscitou um leque enorme de reflexões e proposições para o trabalho de Ater. Isso ficou bem evidenciado nas proposições apresentadas nos projetos elaborados pelos grupos.

Outro aspecto muito significativo dentro das aprendizagens construídas foi a avaliação unânime de que a perspectiva política e a metodológica da educação devem ser adotadas nos trabalhos de Ater. E essa avaliação alimenta a perspectiva de que a construção do conhecimento e também a efetivação das práticas profissionais não são um caminho determinado e de uma única via, mas sim que existem outras possibilidades e fundamentações teóricas e metodológicas que podem (e devem) ser

conhecidas e analisadas, e nesse processo identificar quais devem ser apropriadas dentro dos trabalhos de Ater.

O processo de formação também foi um importante exercício e com isso um aprendizado construído, de análise de conjuntura e de reflexão sobre as estruturas sociais que determinam e condicionam a realidade local. Em todo o processo foi feita a relação entre os problemas da Ater e da vida local com a forma como a sociedade está organizada política e economicamente. Isso possibilitou que todos aprofundassem seu entendimento sobre a realidade, local e global, e se apropriassem dessa visão que busca entender a totalidade das situações sociais, e não apenas pequenas partes; não identificar somente as consequências, mas também as causas dos problemas da realidade local, procurando entender a relação intrínseca com a estrutura social.

Isso permitiu também que todos passassem a dimensionar a relação entre limites e possibilidades. O trabalho educativo, político e social necessita dessa análise sobre a conjuntura e a estrutura social, justamente para poder verificar de maneira assertiva quais são as possibilidades concretas de realização de nossas intenções e quais são os limites impostos pela conjuntura e pela estrutura social. Resumindo: ter uma noção clara de até onde podemos chegar nesse momento, dada a situação da sociedade e da localidade em que vivemos e atuamos.

Nessa análise, foi evidenciado por todos que existem claras possibilidades de atuação dentro dessa perspectiva da Educação Popular, visto que os princípios e metodologias são convergentes com as necessidades e interesses dos agricultores familiares. Mas também foi evidenciado que a plenitude dessa atuação só será alcançada com uma reformulação institucional (então, algo que não depende apenas dos agentes locais) das organizações de Ater.

Os projetos elaborados pelos grupos que participaram da formação demonstram, de maneira clara e objetiva, essas questões. Mas o mais interessante é que esses projetos são os registros que manifestam a reflexão do grupo sobre as possibilidades concretas de atuação e o que é preciso fazer para efetivá-las.

Destacamos aqui as principais propostas elaboradas pelos grupos do curso de formação em seus projetos de intervenção:

- construir e desenvolver espaços e instrumentos de formação e diálogo contínuos para estimular a organização e mobilização dos agricultores familiares;

- levar a Educação Popular como pauta para as instituições de Ater local;

- promover a reconstrução de uma cultura cooperativa e solidária;

- resgatar, levantar, dialogar e divulgar experiências e referências históricas e atuais de grupos e movimentos de agricultores familiares organizados;

- mapear a produção e possibilidades de comercialização local;

- realizar a formação político-pedagógica em Educação Popular com os princípios da Pnater, com os agentes de Ater e agricultores familiares;

- criar e desenvolver grupos de pesquisa e Ater locais dentro dos princípios e práticas da Educação Popular e da Pnater;

- buscar apoio institucional, incentivar e fortalecer a organização dos agricultores familiares, formais e informais, pautando a cooperação e a solidariedade.

4.13 DEPOIMENTOS DE PARTICIPANTES DA FORMAÇÃO

Aqui são apresentados os avanços e aprendizagem dessa atividade de Educação Popular, ressaltando a fala dos educandos e suas percepções quanto às facilidades, dificuldades e resultados alcançados. Um depoimento de um agricultor familiar, participante do curso de formação explicita bem o que foi esse momento:

> Acendeu uma luz e mostrou os problemas existentes, teve a aproximação com as pessoas, aproximou também os conceitos com a prática e os estudantes aprenderam muita coisa nas oficinas. O trabalho em grupo mostrou seu valor, e esse trabalho serviu para conhecer as pessoas de várias instituições, mas as pessoas são diferentes, porém na diferença conseguiu sair um produto que saiu do coletivo. Foi boa a aproximação das pessoas, apesar da diversidade, encontramos os pontos e ideias comuns, propomos ações pensadas no coletivo para problemas comuns. (*ipsis literis*)

Abaixo as demais manifestações acerca do curso, feitas pelos participantes:

> *"Gostei muito porque a gente aprendeu um pouco mais nas lutas do dia a dia!"*

> *"Senti que no começo do curso foi um pouco complicado, mas depois melhorou, deu pra pegar o sentido do curso."*

> *"Trouxe mais conhecimentos pedagógicos e visão de trabalho em grupo."*

> *"Ótima explicação, ótimo diálogo."*

> *"Novos conhecimentos, novas amizades."*

> *"O evento promoveu uma participação bastante grande dos alunos em geral, em grupos, brincadeiras e nos incentiva a realizar isso no nosso meio real."*

> *"A realização de debates em grupo para chegarmos a uma solução."*

> *"Novos conceitos, diálogos e conhecimentos sobre as pessoas. Explicações claras e objetivas. Trabalhos em grupo auxiliaram o aprendizado."*

"Ótima explicação, aprendizado de novos conceitos e técnicas, opiniões de todos."

"Ampliação do conhecimento, diálogo, solidariedade, compreensão dos colegas, explicações essenciais para o entendimento."

"O educador é comprometido com os oprimidos, fala o que pratica e pratica o que fala. A teorização do pensamento."

"Envolver diferentes instituições, agricultores, estudantes. Apresentar uma metodologia (instrumento) de ação participativa, principalmente enfocando pesquisa e extensão."

"Foi a maneira de ser explicado o assunto, conceito de ações, união, solidariedade."

"O professor nos passou quem foi Paulo Freire."

"Demonstrou uma visão profunda da realidade, nos fazendo pensar com mais profundidade."

"Aprendizagem sobre o mundo mais real e os que têm dificuldade."

"A dinâmica e a metodologia garantiu a participação de todos."

"O despertar dos alunos que permaneceram durante o curso."

"Metodologia e dinâmica aplicadas foram responsáveis pela participação de todos."

"Os problemas em casa é solucionado na escola."

"Participação ativa dos estudantes mostrando com clareza as necessidades e dificuldades; excelente metodologia e didática do educador do IPF."

"Trabalhar em grupos e apresentação."

"Aprendizagem sobre o que é extensão rural e novas técnicas."

"Trabalhar coletivamente."

"Montar projeto."

"Grande participação dos alunos."

"Poder estar dentro da realidade e dificuldades dos produtores rurais."

"Consegui aprender bastante sobre Ater."

"Todos colaboraram (participaram) etc."

"Assuntos esclarecedores. Conceitos foram explicados com clareza e paciência. Discussão e encaminhamentos levaram ao alcance dos resultados e objetivos."

"A metodologia usada pelos coordenadores."

"Participação efetiva dos técnicos envolvidos."

"Nivelamento de conhecimento para todos. Possibilidade de desdobramento em reuniões. Horas para discussão dos assuntos abordados."

"Os grupos, amizades entre os grupos, sem medo de falar e de ser engolido por uma caverna escura chamada medo."

"Amizade, direito e horário para todos falarem. Novos conceitos. Ótimas explicações."

"Conhecimento, diálogo, conhecer novas pessoas."

"Ótima explicação, trabalho em grupo, aprendizagem de novos conceitos."

"Os objetivos estão sendo alcançados."

"Foram os novos conceitos de educação que aprendemos."

"Criou novas visões para o nosso dia a dia, e que isso vai nos fortalecer muito."

"Confrontação de opiniões, pessoas interessadas, participação dos agricultores, alunos e demais."

"A síntese realizada pelo professor das proposições dos grupos."

"Boa conscientização."

"Discussão sobre os temas, união e dedicação do grupo."

"Novos conceitos, aprendizado da nossa realidade, valorização da agricultura familiar."

"A construção do conhecimento com os participantes."

"Muita emoção. Aprendi muita coisa importante para as minhas lutas e a minha vida."

"Diversidade de opiniões; coordenação do instrutor para lidar com opiniões diferentes; chegada a um resultado que balizará opiniões concretas."

"Novos conceitos sobre educação."

"Comprometimento das pessoas."

"Local do curso, público interessado, integração dos alunos

da escola técnica."

"Os depoimentos, as pessoas legais que conheci."

"Técnicas aprendidas, a liberdade para expressar nossa ideias."

"A explicação da sustentabilidade foi muito bom e o trabalho em grupo também."

"O ponto forte é que o curso ensina fazendo brincadeira e assim fica muito fácil de aprender."

"A explicação do professor, a transparência das informações."

"Aprendendo conceitos novos, com continuação do assunto."

"Explicações e atenções às pergunta feitas."

"Mais conhecimento. Trabalho em grupo; realização de projetos."

"Foi o que aprendi sobre Paulo Freire, a educação e as maneiras de ter um conhecimento."

"Reflexões e referências; teorias sobre a prática; integração entre estudantes e pesquisadores. O curso contribui muito para a reflexão sobre a extensão rural e pesquisa e para sua nova prática."

Representante do Centro Paula Souza

Atuar como representante do Centro Paula Souza (CEETEPS) no *Programa Mais Alimentos – tecnologias apropriadas, pesquisa, extensão rural e agricultura familiar* no estado de São Paulo, que envolve jovens estudantes da Escola Técnica Estadual Sebastiana Augusta de Morais, de Andradina no noroeste paulista – que na sua

maioria são filhos de assentados –, e da Escola Técnica Estadual Dr. Dario Pacheco Pedroso, em Taquarivaí, no sudoeste paulista, filhos de agricultores familiares, é um aprendizado repleto de expectativas para propiciar o desenvolvimento rural.

O Programa Mais Alimentos proposto em São Paulo pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Cati), em parceria com: a Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (Apta/SAA/SP), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), a Federação da Agricultura Familiar (FAF), e com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), permitiu aos professores e aos estudantes dos cursos técnicos em Agropecuária (alternância) e Agroecologia conhecerem a metodologia da Educação Popular para a realização de diagnósticos de desenvolvimento local com a participação de outros atores sociais que são parceiros neste programa.

Os cursos de Educação Popular foram ministrados por um docente do Instituto Paulo Freire, empregando como procedimento metodológico a pesquisa e a extensão rural como um processo contínuo e permanente de formação para a transformação da realidade, tendo como protagonistas os sujeitos. A formação em Educação Popular provocou nos participantes do programa uma reflexão crítica dos valores, das responsabilidades, enquanto cidadãos e profissionais, para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Entre os méritos desta formação está o desenvolvimento de grupos de agentes de Ater locais, estimulando a organização dos agricultores familiares, promovendo princípios de assistência técnica baseados na Educação Popular e na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

Quanto ao Programa Mais Alimentos, a expectativa enquanto representante de uma instituição de educação profissional pública é a diversificação agrícola e agroindustrial como instrumento de desenvolvimento local para fixar na propriedade rural familiar os filhos de agricultores familiares ou de assentados, que são jovens estudantes de escolas agrícolas.

Maria Lucia Mendes de Carvalho – Coordenadora de Área de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e representante do Centro Paula Souza no Grupo Gestor Estadual do Programa Mais Alimentos/SP.

Representante da Embrapa

Com o objetivo de formar agentes locais de pesquisa e assistência técnica e extensão rural (Ater) em Educação Popular e superar os gargalos da pesquisa e Ater públicas em atender demandas de tecnologias pelos agricultores familiares, incluindo a participação do jovem estudante de escola técnica agrícola – por vezes, jovem agricultor –, esse curso foi relevante para o Programa Mais Alimentos no estado de São Paulo.

Com a inserção desses jovens agentes com saber e cultura local, associado aos conhecimentos adquiridos no ambiente escolar, detentores de outro paradigma de conhecimento (técnico e convencional) e, por vezes, engajados na responsabilidade do prosseguimento das atividades da propriedade familiar, ampliam-se as possibilidades de adoção e adaptação de novos conhecimentos e tecnologias para uso em seu contexto, disponibilizadas no Mais Alimentos/SP. Mais do que isso, esse processo de formação foi ao encontro da consolidação do protagonismo local, realçando a atuação do jovem no processo de desenvolvimento atual e futuro.

Assim, consideramos que esse curso, em conjunto com a metodologia de planejamento e gestão interinstitucional adotada, foram alguns dos elementos estratégicos para as ações realizadas pelo programa no estado. Se continuados e aperfeiçoados, incluindo o maior engajamento de outras instituições e órgãos locais, esses cursos serão fundamentais para futuros projetos locais de apropriação do conhecimento pelos agricultores familiares, com vistas, principalmente, ao alcance de resultados no médio e longo prazo.

Fernando Matsuura e Marcelo Mikio Hanashiro – Embrapa Transferência de Tecnologia, Escritório de Campinas.

Representante da Cati

Foi com grande satisfação que recebemos a incumbência de representar a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, no *Programa Mais Alimentos – tecnologias apropriadas, pesquisa, extensão rural e agricultura familiar* no estado (Mais Alimentos/SP).

Para nós da extensão rural pública oficial, as expectativas e os desafios principais em relação à atuação neste programa eram o de contribuir para a construção e sistematização de uma nova forma de se fazer extensão rural, que colocasse em prática os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

Um novo modelo de extensão rural que pudesse garantir o diálogo adulto com aqueles que vivem e trabalham no campo, com suas organizações autênticas e livres e com instituições comprometidas com uma sociedade próspera, igualitária, livre e soberana, como falava, em 1987, Romeu Padilha de Figueiredo na apresentação da *Política e Diretrizes de Formação Extensionista*, baseada na pedagogia crítica freiriana, que buscava cumprir os anseios do povo brasileiro e as determinações dos líderes políticos da Nova República.

Nesse sentido, estamos convictos de que o curso de formação de agentes locais de pesquisa e Ater em Educação Popular do Programa Mais Alimentos/SP, realizado pelo Instituto Paulo Freire (IPF), que tem uma longa tradição de trabalhar com Educação Popular, e sistematizado nesta publicação, constituiu-se num marco histórico para a Cati na área de metodologias de extensão rural para projetos de integração pesquisa, extensão rural e agricultura familiar.

O curso, além de atender nossas expectativas iniciais, demonstrou, na prática, que uma nova forma de se fazer extensão rural, com os princípios da Educação Popular e com a inclusão dos jovens e agricultores familiares nas políticas públicas, é possível, sendo que será construída na medida que conseguirmos estabelecer, mais entre as pessoas do que entre as instituições, relações solidárias e democráticas, como tivemos a alegria e a oportunidade de vivenciar neste projeto.

Ivamney Augusto Lima e Edna Maddarena-Representantes da Cati no Grupo Gestor Estadual do Programa Mais Alimentos/SP.

Representantes da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta/SAA/SP) e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Saasp)

Fomos convidados a representar a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, junto ao Programa Mais Alimentos: Tecnologias Apropriadas – Pesquisa – Extensão Rural – Agricultura Familiar no estado de São Paulo (Mais Alimentos – SP).

A Apta vislumbrou neste projeto a possibilidade de uma integração efetiva entre pesquisa, extensão rural e os pequenos produtores. Nesse novo modelo da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), os pesquisadores da Apta tiveram a oportunidade de levar aos pequenos agricultores dos territórios de Andradina e do sudoeste paulista, práticas e técnicas agrícolas desenvolvidas pelos Institutos de Pesquisa da Apta, num programa com participação igualitária de todos os atores envolvidos no processo. Os pequenos produtores puderam conhecer melhor os trabalhos realizados pelos institutos de pesquisas e pelos polos regionais da agência e puderam vivenciar, na prática, que a interação pesquisador-produtor rural é benéfica para todos.

Consideramos que o grande diferencial deste projeto foi e está sendo a consolidação de grupos de Ater locais, que após treinamentos adequados a que foram submetidos pelos técnicos da pesquisa, da extensão e do Instituto Paulo Freire (IPF), estão capacitados a caminhar com independência, através da inclusão de jovens agricultores realmente envolvidos e motivados a trabalhar com a terra.

O processo de capacitação dos agricultores, por meio do curso de Educação Popular promovido pelo IPF, mostrou-se altamente profícuo, oferecendo aos participantes a oportunidade de entrar em contato com outros saberes/olhares, muitas vezes desconhecidos por eles. Constatou-se ao final do curso a internalização do aprendizado, por parte dos agricultores, manifestada em suas falas que descreviam a sensação de empoderamento adquirida através da perspectiva da Educação Popular.

Agora, a pesquisa e a extensão passam a colaborar com esses agricultores no acompanhamento de futuros projetos, que devem ser desenvolvidos, preferencialmente pelas comunidades locais, mas contando com a assessoria desses órgãos do estado de São Paulo.

Dra. Valeria Comitre- Representante da Apta/SAA/SP no Comitê Gestor Estadual do Programa Mais Alimentos/SP.

Dr. Luís Otávio Saggion Beriam- Representante da Apta/SAA/SP na Comissão Executiva Estadual do Programa Mais Alimentos/SP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Estamos convencidos de que qualquer esforço de Educação Popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão (Paulo Freire, 1977, p. 33).

O curso de formação de agentes locais de pesquisa e Ater em Educação Popular do *Programa Mais Alimentos – tecnologias apropriadas, pesquisa, extensão rural e agricultura familiar* no estado de São Paulo, realizado através da parceria do Programa Mais Alimentos com o Instituto Paulo Freire, desponta como um marco histórico nos trabalhos de pesquisa e Ater no estado de São Paulo.

A tarefa, realizada com sucesso, de reunir em um mesmo espaço formativo agricultores familiares, técnicos extensionistas, professores, estudantes e coordenadores das instituições de Ater possibilitou, além da importante e necessária integração de todos esses diferentes grupos que compõem o universo da agricultura familiar, a construção de visões de mundo convergentes e críticas sobre a realidade da agricultura familiar e dos serviços de Ater local, bem como estabelecendo uma noção comum sobre a realidade nacional.

Essa convergência se manifestou de maneira mais efetiva e positiva, no sentido político e pedagógico, quando da elaboração das propostas, objetivos e metas dos projetos de intervenção, produto dessa primeira etapa da formação. O plano de trabalho elaborado se apresenta como uma ferramenta importante na consolidação da formação desses grupos de agentes de Ater e educadores populares e também como norteadores do caminho a

ser percorrido para a consolidação das metas – que são manifestações das intenções e perspectivas dessas pessoas envolvidas com a agricultura familiar.

Outro ganho riquíssimo dessa formação, que tornou os ganhos político-pedagógicos ainda mais significativos, foram as relações afetivas e solidárias construídas durante esse processo. A postura de todos, somada à metodologia e aos princípios adotados e assumidos no curso, produziu um ambiente no qual todos se sentiram sujeitos do processo e do conhecimento que estava sendo edificado. E isso se manifestou nos depoimentos, observações e gestos dos que ali participaram.

Desta maneira, o caminho percorrido já trouxe importantes conquistas e avanços no campo humanitário, político e cultural, que poderá se desdobrar e se consolidar nas novas práticas que se projetam. E esse caminho que virá desponta como um horizonte carregado de intencionalidade, de emancipação e esperança para todos.

REFERÊNCIAS

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-território*: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. *Pronaf*: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Documento oficial do Pronaf. Brasília, 1996.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER*. Brasília: MDA/SAF, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, DF: MDA/SAF/Dater, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Redes Temáticas de ATER. *Revista Redes Temáticas de ATER*: MDA/SAF/Dater, Brasília, DF, n. 01, 2008a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Lançado Plano Safra Mais Alimentos*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias/lancado-plano-safra-mais--alimentos>. Acesso em: 3 jul. 2008b.

CAPORAL, Francisco Roberto. *Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais*. Brasília, DF: [s.n.], 2009a.

_____. (Org.). *Agroecologia*: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, DF: [s.n.], 2009b.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Políticas e Diretrizes de Formação Extensionista*. Brasília, DF: Embrater, 1987.

FAO/INCRA. *Diretrizes da Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: FAO/INCRA, 1995. Resumo do Relatório

Final do Projeto. UTF/BRA/036 (segunda versão).

FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. Extensão rural no Brasil: novos tempos. In: *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, DF, v.15, n.4, jul./ago. 1984.

Paulo Freire, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10. ed. Tradução de Rosisca Darci de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à pratica educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. *Pedagogia da indignação*: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 43.

LIMA, I. A. *A Extensão Rural e a Produção do Conhecimento*: A Fundamentação Científica dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no estado de São Paulo. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Unicamp, Campinas, 2001.

MUNIZ, J. N. Os desafios da extensão rural no presente. *Extensão Rural* – Série de Estudos Rurais, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 23-27, 1993.

OLALDE, Alicia Ruiz. *Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. Acesso em: 20 set. 2011.

PEIXOTO, Marcus. *Extensão rural no brasil* – uma abordagem histórica da legislação. Série Textos para Discussão. Brasília, DF: [s.n.], 2008 (Textos para Discussão).

PORTILHO, Maria S. Brasiliense. Extensão Rural: História e prática educativa informal. In: *Educação e Filosofia*. v. 13, n. 26, p.129-140, jul./dez. 1999.

RODRIGUES, C. M. Conceito de Seletividade em Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. *Caderno de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.